

CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DA ESQUERDA BRASILEIRA
O PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (1945-1964)

SILVIO FRANK ALEM

(ANEXOS - DOCUMENTOS)

NOTA

Selecionamos os documentos deste "Anexo", preocupados com a sua representatividade em relação aos diversos momentos da vida do Partido Socialista Brasileiro, seguindo uma ordem cronológica.

O Anexo 1 a rigor pertence à pré-história do PSB: é expressivo da fase anterior à sua constituição, coincidindo com a legalização da "Esquerda Democrática". Mário Pedrosa expõe sua análise de conjuntura, defendendo a candidatura Eduardo Gomes.

João Mangabêira, em declarações à imprensa, (1946?) define a E.D. como "um meio termo entre a UDN e o PCB". O Partido reproduz suas declarações, em folheto (Anexo 2).

No Anexo 3 Mário Pedrosa, ainda crítico da Esquerda Democrática, expressa suas restrições ao leninismo, ao stalinismo, aos trotskistas, e, buscando apoio em Rosa Luxemburgo, teoriza sobre a construção do "Partido-Classe". O PSB reuniu marxistas e não marxistas. Domingos Vellasco, situado entre estes, faz a crítica à URSS e sua política, afirmando sua concepção católica de mundo. (Anexo 4).

O texto de Antonio Cândido (Anexo 5) é demonstrativo do período em que os ataques mútuos entre socialistas e comunistas vai chegando ao auge.

Febus Gikovate, na mesma publicação que o texto anterior, pode divulgar suas concepções, minoritárias, a propósito do "Conceito de Socialização" (Anexo 6).

O Anexo 7 é correspondência de Alípio Correia Neto a Hermes Lima, no qual a questão das divergências internas à Secção paulista do PSB aparecem minimizadas.

Já nos anos 50, Paul Singer analisa a greve "dos metalúrgicos" em São Paulo, rico texto informativo e que explicita a compreensão que ao menos parte da direção socialista teve daquele período de luta social explícita (Anexo 8).

A comparação entre o Anexo 9 e o Anexo 10, respectivamente proposição de Hermes Lima e trecho de Ata que contém resoluções da Vª Convenção Nacional mostra que a primeira foi matriz da segunda, marcando a definição socialista pelo "desenvolvimentismo", entendido como produto da industrialização.

O Anexo 11 registra a posição minoritária presente na Secção Paulista a respeito da adesão à candidatura Jânio, ou, mais precisamente, ao privilegiamento da luta eleitoral pelo Partido. O texto que se segue (Anexo 12) é o balanço que faz a Secção Paulista a propósito da crise que resulta no suicídio de Vargas, em 1954.

Antônio Costa Correa expressa a persistência do ideal da socialização dos meios de produção entre os militantes, afirmando a via do intervencionismo estatal como solução para o desenvolvimento, já no final do governo JK (Anexo 13).

Os três últimos documentos referem-se à conjuntura dos governos Jânio e Jango. Constituem-se em reflexões divergentes sobre o nacionalismo e a participação dos socialistas na "frente nacionalista" (Anexos 14 e 15) e numa análise de Paul Singer a respeito da questão ^{agrária} operária, onde se preconiza a aliança operário-camponesa, único instrumento capaz de garantir modificações efetivas na estrutura fundiária brasileira, descrendo da ação da burguesia na questão.

Registrar um pequeno documentário da evolução e das concepções, quase sempre divergentes, que os militantes do PSB viveram em seus menos de 20 anos de história - tal a preocupação que nos moveu, ao organizar este "Anexo".

João Pessoa, primavera de 1988.

ANEXOS - DOCUMENTOS

I N D I C E

<u>Texto</u>	<u>pág.</u>
1) "Posição Política" (PEDROSA, Mário. <u>Vanguarda Socialista</u> nº 1, 31.08.1945) ...	6
2) "Declarações de João Mangabeira, Presidente da Esquerda Democrática" (LIMA, Hermes et MANGABEIRA, João. <u>Orientação da Esquerda Democrática</u> . São Paulo, Artes Gráficas Marabá, s.o.i., pp. 3/4)	12
3) "Vanguardas, Partido e Socialismo" (PEDROSA, Mário. <u>Vanguarda Socialista</u> , 9.08.1946)	16
4) "Staline tem razão" (VELLASCO, Domingos. <u>Panfleto</u> , outubro de 1947)	24
5) "Repúdio à doutrina do Capitalismo de Estado" (ANTONIO CANDIDO. PSB, secção São Paulo. <u>Posições políticas</u> . São Paulo, s.o.i, pp. 6/9)	27
6) "Conceito de Socialização" (GIKOVATE, Febus. PSB, Secção São Paulo... pp.82/83)	30
7) "De Alípio (Correia Neto) à Hermes (Lima)" (Carta. CPDOC/FGV, HLC 49.06.14)	32
8) "A Greve dos Metalúrgicos" (SINGER, Paul. <u>Folha Socialista</u> , 20.06 e 5.07.1953)	34
9) "Documento apresentado à V Convenção Nacional do Partido Socialista Brasileiro sobre a situação econômica do país pelo delegado da Bahia, prof. Hermes Lima" (LIMA, Hermes. Mimeo, s.o.i - 1953)	41
10) (Das Atas da V Convenção Nacional do PSB) (PSB. <u>V Convenção Nacional</u> . São Paulo, ZOZ - Escritório Técnico de Taquigrafia. Datilografado, 1953)	49
11) "Responsabilidade dos Socialistas" (PIMENTA, João da Costa. <u>Folha Socialista</u> , 5.05.1954)	54

- 12) "Frente de Ação Democrática"
(PSB. Comissão Executiva de São Paulo. Folha Socialista,
10.09.1954) 60
- 13) "Iniciativa privada e estatismo"
(CORRÊA, Antonio Costa. Folha Socialista, dezembro de
1959) 65
- 14) "Socialismo e Nacionalismo"
(MACHADO, Luiz Toledo. Folha Socialista, fevereiro de
1960) 69
- 15) "O nacionalismo e os socialistas"
(SINGER, Paul. Folha Socialista, novembro de 1960) 71
- 16) "A questão agrária no Brasil"
(SINGER, Paul. Folha Socialista, dezembro de 1961) 77

ANEXO 1

"POSIÇÃO POLÍTICA"

(Mário Pedrosa. Vanguarda Socialista, nº 1,
31.08.45)

"Nós aqui, da Vanguarda Socialista, damos o nosso apoio franco e límpido à candidatura de Eduardo Gomes. As razões pelas quais nós, socialistas, independentes e revolucionários, ou comunistas dissidentes que constituímos o grupo que edita esse Semanário damos esse apoio, são claras e concludentes.

Encarada a situação atual do Brasil dum ponto de vista abstrato e doutrinário marxista, talvez a posição mais justa fosse a daqueles camaradas que sustentam a palavra de ordem da Assembléia Constituinte, mas sem apoiar este ou aquele candidato, e muito menos a continuação do ditador e clamando por um governo revolucionário provisório, único com autoridade para convocar uma assembléia soberana. Esses companheiros defendem uma tese justa mas nas condições atuais muito abstrata e irreal. Os mesmos camaradas compreendem o caráter revolucionário da palavra de ordem e tiram daí todas as consequências, sem escamotear nada.

O erro deles porém está em desconhecer ou não levar em conta, a relação de forças existentes, e a falta de ressonância da palavra de ordem no momento atual; ela era justa e oportuna no começo deste ano, quando a ditadura cambaleava, hesitante, e havia perdido a iniciativa, ao passo que as forças democráticas ainda não completamente definidas e arregimentadas, estavam na defensiva. Então a bandeira da Constituinte era a única ampla bastante para cobrir todas as tendências e variantes do campo democrático e revolucionário em luta contra o Estado Novo. Naquela época teria sido possível mobilizar todas essas forças contra a ditadura, e da derrubada desta teria resultado um governo provisório esteiado no povo, e por isso mesmo, com autoridade para convocar uma Constituinte soberana e livre. Prestes e seu partido torpedearam esse movimento, dividiram as forças democráticas, deram alento novo ao ditador já em pânico, provocaram o surto infeccioso do "queremismo".

A divisão dessas forças ditas democráticas criou uma situação nova, que permitiu a ditadura recobrar a iniciativa perdida, e impor aos adversários o caminho da 'volta' à democracia, através dos varais ditados pela chamada Constituição de 1937.

Os elementos de esquerda se dividiram entre o partido prestista e diversos grupos ou tendências que decididamente, ou hesitando resolutamente, ou lamentando-se, como a chamada "Esquerda Democrática" passaram a apoiar já então a candidatura de Eduardo Gomes.

O lema da Assembléia Constituinte não podia mais servir de bandeira de agitação contra o Estado Novo; o apoio à candidatura Eduardo Gomes passou a ser o meio mais seguro e certo de levar o combate à ditadura até o fim. Graças ao reforçamento provisório da posição do ditador - seja porque as forças democráticas burguesas não souberam, ainda no começo do ano, pecando por falta de iniciativa tirar partido da situação, seja porque os contingentes mais fortes e numerosos da "esquerda" (os prestistas e comunistas) se separaram delas, a luta contra o fascismo estadonovista perdeu o caráter de luta revolucionária de massa pelo poder, para tomar a aparência de uma "campanha presidencial".

Democratas burgueses e revolucionários marxistas, socialistas de várias tendências e comunistas dissidentes tiveram que aceitar a palavra de ordem no terreno "eleitoral" imposto pela ditadura. A palavra de ordem da Constituinte tinha, consequentemente, que sair do cartaz embora continuasse, como continua, como um dos objetivos fundamentais de toda a campanha.

A candidatura de Eduardo Gomes passou a ser o elemento aglutinador na luta contra o Estado Novo e pela democratização do Brasil. (.....)

Com efeito, ao separar-se do movimento oposicionista para tomar a aparência, apenas a aparência, de uma posição 'independente' (ao lado do ditador), o partido comunista enfraqueceu o campo democrático anti-ditatorial, e enfraqueceu-se assim mesmo, tornando mais difícil suas próprias possibilidades de desenvolvimento ulterior. Uma de suas preocupações principais foi de dificultar a formação de um grande movimento socialista independente, única garantia real de consolidação democrática.

Com a ambição de encurtar o caminho ao poder, tomou pelo atalho da aliança com o Ditador, deixando a estrada larga, mais longa porém mais segura, da luta de massa independente.

Nessa manobra o chamado Partido Comunista quase cortou a própria retirada, e cada dia mais se emaranha pelo cipoal de combinações escusas com a ditadura. Abandonada a luta de classes, perdidos os escrúpulos classistas, Prestes, em troca da possibilidade já hoje problemática de uma participação imediata no poder, sob a forma de governo de confiança nacional, com Getúlio à

testa, fez-se o adversário mais direto do movimento democrático anti-ditatorial. A bandeira da Constituinte que passou subitamente a adotar, foi o biombo por trás do qual quis esconder o seu cambalacho com o Ditador. Assim, se atirou a um arriscado jogo sem princípios, cavando um fosso entre ele e a democracia, fiado apenas no aventureirismo do Ditador que quer ficar, e numa mobilização superficial de certas camadas proletárias dos grandes centros urbanos.

Na medida em que leva os trabalhadores a sustentar o governo, a capitular diante dos patrões e ao conciliacionismo de classes, ele solapa sua própria posição. Seu apoio real ou fingido ao ditador separa-o definitivamente das camadas populares que são hostís à ditadura, e que se alinham cada dia em maior número sob o nome de Eduardo Gomes. Para poder chegar-se ao ditador, ele cria na realidade o vácuo social em torno de seu partido, apesar dos sucessos espetaculares ainda recentes.

Mas a medida em que alija as simpatias das classes médias, de intelectuais e operários mais conscientes, de empregados, pequenos lavradores, industriais médios, funcionários etc, ele tende a exagerar a própria força e a força do Ditador. É com vidros de aumento que olha para as suas próprias falanges e as horas do quererismo; mas é com vidros opostos que vê os batalhões democráticos, sustentáculos de Eduardo Gomes. Só Getúlio Vargas pode tirar partido de uma tal política. E é o que está acontecendo.

Sua retirada do campo democrático, por seu lado, não deixou de enfraquecer as alas realmente democráticas e proletárias do movimento em torno do Brigadeiro. O enfraquecimento dessas alas resulta no fortalecimento correspondente da ala conservadora eduardista. De modo que nos dois campos principais em luta, a política dita comunista só tem servido para fortalecer os elementos conservadores e fascistas, só tem servido para fortalecer a direita contra o centro e a esquerda.

Isso acontece toda vez que se abandona o campo aberto da luta de classes, ou das limitações sociais classistas para desvios e atalhos das combinações de personalidades e grupos, na clandestinidade das manobras.

O reforçamento paralelo da direita tanto num campo como no outro é evidente, e a prova é que os elementos reacionários inclusive do exército se reagruparam, a burguesia franze os sobrolhos; e a espera de um golpe reacionário se torna uma expectativa de cada hora. Tais são os frutos mais evidentes da sábia e previdente política de Prestes.

O movimento encabeçado por Eduardo Gomes significa, no jogo das contradições, sociais um movimento progressista no sen-

tido político; representa uma conglomeração de elementos sociais diferentes, em ação unida contra a ditadura. O grosso de suas forças é representado pelas camadas das classes média e de parte da burguesia que Prestes batizou, para a imortalidade das piadas felizes de 'progressistas'.

Este grupo representa na realidade velhos capitais ingleses encruados em monopólios e proteccionismo delirante, por tras do qual meia dúzia de tubarões vivem de escorchar o raquítico consumidor brasileiro. O característico de um tal grupo é viver preso aos cordões umbilicais do Estado, e por isso mesmo contra o Estado nada podem, mas preferem que o Estado possa tudo. Não cessam de reclamar a 'intervenção do Estado' e tem o mau vezo de confundir os seus interesses com os interesses nacionais, isto é, os interesses do povo trabalhador. A mania que tem é de "fazer planos", mas planos para eles significa utilizar a máquina de Estado em proveito próprio, com desconhecimento dos interesses dos outros grupos sociais, sobretudo das classes proletárias. Plano, nessas condições, significa regime totalitário". E por isso mesmo ainda hoje são os maiores defensores do Estado Novo e da ditadura getulista.

Enquanto durou a guerra, foram os principais comedores dos lucros extraordinários. E seu grande patriotismo nasceu daí: sempre blasonaram um nacionalismo exacerbado, que antes do Estado Novo chegaria até a vestir a camisa verde, em nome duma luta contra o capital "judaico internacional": hoje, este capital chama-se "reacionário muniquista", etc. Sob a pressão do imperialismo americano, tiveram que ceder ou encontrar um modus vivendi, que foi relativamente fácil porque houve bastante margem para todos, como provam os lucros extraordinários, e porque a indústria estrangeira competidora por aqui não chegou. Foi essa largueza que a guerra trouxe que permitiu que Getúlio os pudesse contentar e contentar ao mesmo tempo, o imperialismo americano absorvido numa luta mundial.

Hoje, Getúlio perdeu as possibilidades de contentar todo o mundo; sua ditadura cambaleia, sob o peso de interesses que puxam em direções opostas. Os burgueses 'progressistas' preferiam mantê-lo, ou na impossibilidade, deixar em seu lugar alguma coisa parecida, desde que permanecessem discricionários. Com a paz, a expansão da grande indústria americana torna a bater as portas. Os 'progressistas' estremecem.

Os demais grupos sociais tem fome de importação e querem liberdade de movimentos; toda gente está cansada de controles e racionamentos que fazem da vida das classes pobres um verda-

deiro inferno. Todos esses grupos já participam ou tendem a participar do movimento pró Eduardo Gomes, quer Prestes queira, quer não.

Isso não quer dizer, porém, que entre esses elementos não se encontrem forças conservadoras típicas da sociedade brasileira. Encontram-se, sim. São os representantes da grande burguesia territorial brasileira, em franca decadência. Nada no Brasil está em maior decadência do que a velha economia agrária do país. Mas por isso mesmo esses elementos se levantam quase em massa contra a usurpação da ditadura onipotente que para eles representa a prepotência de banqueiros e magnatas industriais das grandes cidades. Tornaram-se por isso liberais e reagem contra a ingerência crescente do Estado. É um ramo arcaico e retrógrado do modo de produção: são conservadores mas não são fascistas, os quais tiram sua força do capital financeiro colonizador.

Aliás o "liberalismo" desses coronéis e grandes fazendeiros não tem nada de paradoxal nem de único. Já Marx contava como a nobreza territorial inglesa depois de ferida de morte pela lei que abolia os direitos sobre a importação de trigo, de 1846, passou a sustentar as medidas "liberais" em favor do proletariado contra a burguesia industrial em ascensão; foi ela que impôs ao Parlamento a lei das dez horas, uma das grandes conquistas proletárias da época. É pura demagogia, pois, apontar para esse grupo no intuito de definir a oposição democrática como "reacionária" como fazem Prestes e os lacaios assalariados da ditadura.

Por outro lado, só um estreito sectarismo, ou um doutrinário nato, poderia recusar a fazer qualquer distinção entre as diversas camadas da burguesia. Como todas as classes sociais, ela também não é um grupo inteiramente homogêneo: dentro dela há uma porção de interesses divergentes e diferentes tendências e maneiras de ser.

Aliás, devíamos nos lembrar do violento ataque de Marx e Engels contra a teoria de Lassale, que em luta então com o grupo social-democrata, chefiado por Bebel, inventou uma teoria para justificar seus cambalachos com Bismarck, o protótipo de velho junker prussiano, intratável no seu orgulho anti-burguês.

Nossa linha está aqui, esperamos, claramente traçada. O nosso apoio a Eduardo Gomes se concentra na luta contra a ditadura: esta é a primeira tarefa a cumprir. Sem a liquidação da ditadura, sem o esfacelamento do jugo do Estado sobre o proletariado, não há no Brasil a menor expectativa de um desenvolvimento democrático.

Sem a organização autônoma e independente das classes trabalhadoras, tanto no domínio econômico como no domínio polí-

tico, no social como no cultural, nenhum movimento socialista é possível no Brasil. Logo, a democracia também não será possível. Nem a continuação de Getúlio, com Prestes ao lado ou sem ele, nem a subida do Gal. Dutra, ou qualquer coisa de intermediário como um governo militar, abrirá caminho à democracia.

Nós daqui da Vanguarda Socialista consideramos a democracia como o clima e a condição indispensável ao progresso e ao triunfo do socialismo no Brasil. Somos democratas, e nessa qualidade, lutamos ao lado de Eduardo Gomes contra a ditadura; somos socialistas e nessa qualidade levantamos com toda independência . nossa bandeira socialista onde está escrito o lema imortal do velho Manifesto Comunista de 1848 : Proletários de todos os países, uní-vos!".

ANEXO 2

"DECLARAÇÕES DE JOÃO MANGUEIRA, PRESIDENTE DA
ESQUERDA DEMOCRÁTICA"

"Somos um meio termo entre a U.D.N. e o P.C."

(Lima, Hermes et MANGABEIRA, João. Orientação política da Esquerda Democrática. São Paulo, Artes Gráficas Marabá, s.o.i, pp. 3/4)

"A linha política da Esquerda Democrática está definida no discurso com que abri a sessão inaugural da sua 1ª Convenção Nacional.

Partido de orientação socialista, e por isto mesmo essencialmente democrático, partido que não aspira ao poder; enquanto não tiver forças para realizar ao menos parte dos artigos do seu programa, a Esquerda Democrática em relação ao Presidente da República, não tem o propósito de apoiá-lo ou combatê-lo. O que lhe cumpre é fiscalizá-lo, defendendo ou atacando seus atos que adotem ou contrariem os pontos de programa da Esquerda Democrática e que ela tem o dever de sustentá-los na oposição e realizá-los no governo.

E tanto maior será a liberdade de ação da Esquerda Democrática quanto os seus membros não disputam, nem pretendem sequer, a posse de nenhum cargo no governo. A Esquerda Democrática só disputará cargos eletivos pelo voto livre do povo. Cargos públicos de nomeação, nenhum membro da Esquerda Democrática poderá aceitar, senão em casos especiais, quando uma das comissões diretoras do Partido - a nacional, a estadual ou a municipal - o permitirem: e abandonará o posto logo que a respectiva comissão o determinar.

Quem pretende, portanto, um posto de governo, erra, filiando-se à Esquerda Democrática. Porque a Esquerda Democrática não transigirá com o seu programa em troca de colocações no governo; mas prefere ficar à margem deste, enquanto ela não puder realizar os princípios que a dirigem ou por em prática medidas concretas que propugna.

A doutrina

A Esquerda Democrática não tem uma doutrina própria. Nela cabem pessoas de todas as crenças e das filosofias mais opostas. Assim, dela fazem parte, por exemplo, marxistas cem por cento, adeptos do materialismo dialético e católicos cem por cento,

devotos aos dogmas de sua Igreja e de sua fé.

É que essa absoluta oposição não lhes impede o apoio às medidas do programa de inspiração democrática do ponto de vista político, e de orientação socialista do ponto de vista econômico. Porque não é a questão da propriedade o que impede, em absoluto, a aliança entre católicos e comunistas, como tantas vezes têm declarado grande vozes da Igreja: é a divergência inconciliável entre o materialismo e o espiritualismo, na concepção total do universo e da vida.

No terreno social, quanto à questão social propriamente dita, eles podem dar-se a mão. É o que acontece na Esquerda Democrática.

A parábola do Bom Samaritano será sempre, para os cristãos, o ponto de encontro eterno com os homens de outras crenças ou sem crença, mas cujo sentimento de amor ao próximo os leva à prática do bem. Assim, cabem na Esquerda Democrática todos os homens que defendem transformações profundas na ordem social vigente, as quais irão à progressiva e gradual socialização dos meios de produção.

Porque nenhum partido socialista, nem mesmo comunista, defende a abolição total da propriedade, inerente, dentro de certo limite, a natureza humana.

A Esquerda Democrática e o Partido Comunista

A Esquerda Democrática opor-se-á a este crime contra a Democracia, por todos os meios ao seu alcance. Nada, absolutamente nada do que tem sido publicado contra o Partido Comunista, autoriza a prática deste atentado contra o regime democrático. Porque o Partido Comunista entre nós não tem saído do campo da lei. Nada tem feito que não tenha sido praticado pelos partidos comunistas da França, da Inglaterra ou dos Estados Unidos, para ficarmos somente nas três grandes Democracias, que nos têm servido, através toda a nossa história, de padrão. O ato governamental ou judicial, que determinasse o fechamento do Partido Comunista, retiraria o Brasil da companhia de nações democráticas para amarrá-lo à cauda de Franco e Salazar, remanescentes detestáveis e detestados do fascismo vencido.

Nada temos com o Partido Comunista, do qual não somos advogados nem tutores. Não permitiremos assim, que as nossas filiais sejam campo de cultura comunista: mas, também não consentiremos que sejam transformadas em trincheiras contra ele. Impedi

remos ambas as infiltrações. Não perderemos jamais o característico do nosso partido, transformando-o numa sucursal do Partido Comunista. Mas também não permitiremos que nos façam de campo de batalha contra ele. Qualquer homem de esquerda que tenha o propósito de inimizar e dividir, por uma luta intestina, as correntes em que ela se divide, não sabe o que quer. Porque toda a experiência política dos últimos anos ensina que a guerra entre partidos foi a causa da vitória do fascismo. Assim, na Alemanha, assim na França. Foi a luta feroz entre socialistas e comunistas que deu a vitória à candidatura do "junker" Hindenburg à presidência da República; foi ela que levou Hitler ao poder. Mas, na Europa a lição serviu de exemplo. Os partidos de esquerda não mais se estraçalham, na França ou na Itália como antigamente. O próprio M.P.R. da França, movimento católico de esquerda não se atira contra o socialismo ou o comunismo. Ao contrário, com ambos transige, com ambos adota a socialização de muitos meios de produção. E chegou a transigir com o sistema unicameral na Constituinte. É que a lição aproveitou a todos. E todos devem saber que se as correntes da Esquerda se estraçalham, quem vence e toma conta da carniça é a reação. Para que isto não aconteça, é preciso que as correntes de esquerda, embora com certas partes do programa diferentes e outras comuns, não se choquem numa luta partidária, desabrigada, geradora de ódios e incompatibilidades. Eis porque a Esquerda Democrática não se transformará em campo de combate contra o Partido Comunista ou corrente nenhuma de esquerda. Nem mesmo contra nenhum partido de centro."

Um meio termo entre a U.D.N. e o P.C.

"Finalizando as suas declarações, o sr. João Manguieira fixou a posição do partido a que preside, perante a U.D.N."

"Éramos até ontem aliados a este partido, óbvio, portanto, somente simpatia ele nos pode merecer.

No terreno político, temos as mesmas convicções democráticas da U.D.N. as quais se traduzem na garantia das liberdades civis e no regime representativo pelo voto livre. Somos como ela pela liberdade completa de opinião, pela liberdade sindical e pela liberdade de organização partidária. Como ela, não somos adeptos de democracia de um só partido, nem de regime que não permita a liberdade de oposição e de livre crítica ao governo ou sistema político dominante no país, porque tais franquias constituem a essência da democracia política que não pode subsistir quando elas desaparecem.

Mas também não se pode afirmar que existe democracia, que é muito mais que uma forma de governo, quando as liberdades civis que esta assegura, de fato, não se exercem pela grande massa humana, porque o poder econômico se concentra nas mãos da classe privilegiada que domina o Estado.

E aí nos afastaremos da U.D.N. e nos aproximamos do Partido Comunista. Porque a U.D.N. é um partido de centro. Nós, porém, somos um partido de esquerda, com um programa de orientação socialista que não poderia ser aceito pela U.D.N.

Assim somos, a bem dizer, um meio termo entre a U.D.N. e o Partido Comunista. E por isso exatamente, é que somos a Esquerda Democrática."

ANEXO 3

"VANGUARDA, PARTIDO E SOCIALISMO"

(Mário Pedrosa. Folha Socialista, 9.8.1946)

"Há camaradas que costumam sorrir com superior desdém logo que ouvem opor-se à concepção do partido como vanguarda, o partido-classe. Para eles, essa posição não existe, ou se existe é idealista, utópica. O "insuficiente" nível cultural das massas e a sua heterogeneidade tornavam inevitável que o proletariado só possa chegar ao poder por intermédio de sua vanguarda; somente sob a direção de sua vanguarda pode o proletariado exercer sua ditadura.

Baseados nestes aforismos realistas, é que o bolchevi que construiu a sua concepção de partido. Desse realismo incontestável partiu por sua vez o ideólogo do fascismo para construir a sua concepção de partido de elite. Os bolcheviques só tinham, por isso, desdém para com a concepção democrática expressa sobretudo por Rosa Luxemburgo, segundo a qual a vanguarda, que é o Partido, identifica-se com a sua classe e só assim poderá realizar-se o socialismo. Os bolcheviques vitoriosos quizeram provar com sua vitória a verdade de sua concepção, ao mesmo tempo que opunham o seu realismo vitorioso ao utopismo democrático do Luxemburguismo. No entanto, quando eles negam a possibilidade da classe trabalhadora chegar a identificar-se com o Partido, quando afirmam que devido ao seu atraso cultural e a sua heterogeneidade o proletariado nunca poderá chegar ao poder senão através desta vanguarda ou desta elite, negam com isso apenas a possibilidade prática do socialismo. Hipnotizados pela experiência de revolução russa não vêem que o socialismo não começa apenas com a subida ao poder do partido proletário, bolchevique ou não. Os comunistas entendem, mesmo, que só quando o Partido deles deter para si, exclusivamente, o poder, é que o proletariado começa a exercer a sua ditadura e o socialismo chega à ordem do dia.

Para eles, por isso mesmo, só a vitória bolchevique na Rússia é que constitui a vitória do socialismo no mundo e a sua única realização até hoje. Assim, o socialismo é antes de tudo uma questão de vitória no domínio exclusivo da política. A tomada do poder é o início de tudo. Nenhum espaço da classe trabalhadora, nenhuma realização, quer no domínio cultural, quer no domínio social e econômico conta para eles... fazem tábua rasa de toda luta anterior do proletariado para organizar-se, para elevar seu nível econômico e moral, para sua própria preparação técnica e institucional. Nada disso conta porque o proletariado é "incapaz de chegar

ao poder e estabelecer o seu regime, senão delegando poderes à sua vanguarda" - isto é, ao punhado de revolucionários e homens especializados na técnica de conduzir os homens e vencer politicamente a classe inimiga. Foi assim na Rússia e deverá ser assim nos demais países - mesmo aqueles em que o capitalismo no seu próprio desenvolvimento criou não somente as condições, mas inclusive os órgãos econômicos, técnicos e sociais de controle e direção indispensáveis ao regime de economia socialista, que o proletariado no poder deverá inaugurar.

Mas foi a própria experiência da revolução russa vitoriosa, foi a própria experiência do fascismo e do nazismo vitoriosos em vários países do ocidente, que nos vieram mostrar que o socialismo não começa com a subida do poder pelo Partido, mesmo que seja o mais revolucionário ou o mais decidido. Na Rússia, apesar dos sacrifícios e do heroísmo das massas, da inteligência e da audácia dos seus grandes chefes que acabaram no correr do processo sendo esmagados pelo próprio mecanismo por eles construído, o socialismo é ainda uma longínqua aspiração, e a vanguarda que tomou o poder ainda não conseguiu superar o insuficiente nível cultural das massas nem a sua áspera heterogeneidade de modo que ela pudesse ser substituída naturalmente pela própria classe. E desta forma, a cada dia que passa mais se vão tornando necessárias as "funções especializadíssimas" desta vanguarda que tomou o poder em nome da classe, e que em nome dessa exerce a ditadura até não se sabe quando.

A ditadura de classe não se exerce apenas através do exercício dos postos governamentais, do poder de coação do estado. A ditadura sobretudo se exerce em sentido do meato social, através dos vários setores que constituem a própria trama da sociedade, através da vida econômica, da gestão das empresas, através da distribuição da renda social, dos órgãos da cultura, dos instrumentos de defesa do povo, e através da mentalidade dos indivíduos. O poder precisa estar envolvido no ambiente geral da sociedade, e este por sua vez inteiramente permeado da mentalidade proletária, isto é, socialista.

As massas proletárias da população, isto é, a sua maioria, já tem uma mentalidade socialista ou sentem diariamente a influência desta mentalidade antes que um belo dia um Partido da Vanguarda assalte o poder vitoriosamente ou o receba em virtude de circunstâncias felizes. Se o socialismo não é uma aspiração utópica, se é uma necessidade histórica e esta uma possibilidade real para os dias de hoje, só poderá vir se as condições acima descritas existirem. A organização livre das classes trabalhadoras em todos os

domínios fundamentais da vida é assim a condição mais indispensável e mais imediata para que o socialismo possa triunfar no mundo. O nível cultural "insuficiente" não pode ser remediado apenas no dia seguinte à tomada do poder pelo Partido revolucionário, que mandaria se abrissem classes por toda parte, escolas, para que o proletariado pudesse rapidamente elevar a sua cultura a fim de substituir no poder a sua elite mais capaz. O socialismo não é um movimento de elite mas um movimento do povo trabalhador. Não poderá jamais vir de cima para baixo, mas terá de subir das profundezas da exploração e da miséria para os cumes da liberdade e da consciência. Para haver socialismo, os negros precisam se organizar em busca de igualdade social e da dignidade entre os brancos, seus iguais; as domésticas precisam organizar-se, os mineiros, os artesãos, os sapateiros, os garçons, os empregados de escritórios, os datilógrafos, os trabalhadores de estradas, os carregadores, os servidores... os funcionários... - todos os que trabalham e não exploram o trabalho alheio. Os profissionais se devem unir e organizar para vencer o caos, a desigualdade, os conflitos de interesses, os privilégios sociais, os preconceitos de casta, as limitações do capitalismo, as rivalidades nacionais, o jogo interimperialista mundial; todos esses grupos e categorias se defendem e se organizem coletivamente e encarem o Estado (ilegível) confiantes em sua própria força e direito. O socialismo será a cúpula sob a qual se acumularão organicamente seus interesses e se harmonizarão as rivalidades e o indivíduo em cada uma dessas células manterá a sua integridade, pois sua própria felicidade é o supremo objetivo para o qual todo o regime social trabalhará. Os interesses coletivos dos grupos organizados não visam defender entidades abstratas nem submeter-se em holocausto ao Estado. Visam a realidade concreta do seu individual, do homem que só assim, pela primeira vez, terá condições para desenvolver as virtualidades de sua própria personalidade. O socialismo começa de antes da tomada do poder; começa na atitude de cada trabalhador em face de seu patrão. A luta de classe organizada é um elemento civilizador. Só ela impede que o indivíduo se transforme num átomo social informe e inorganizado, instrumento dos estados totalitários modernos. Significa isso que se negue o papel das vanguardas no movimento proletário e socialista? Absolutamente, não. As vanguardas se organizam como educadoras de todo o movimento. Elas se formam nos diversos campos da atividade social, refletindo em parte os diversos graus de consciência política das massas. Quanto mais distantes destes estão ou se imaginam, mais sua (ilegível) ideologia é cristalina. Eles constituem então meros grupos de propaganda ideológica, que discutem

as idéias quase que em abstrato, quase cortadas de suas raízes sociais. Neste estado, elas se compõem quase que exclusivamente de intelectuais. Grande número dos grupos chamados de "centristas", grupos políticos existentes em quase todos os países, são formados destes elementos. Estes grupos podem permanecer através de todas as épocas históricas sem que exerçam ou se transformem, desempenhando eternamente a mera função propagandística.

Um exemplo típico destes grupos é o Independent Labour Party, inglês, que nasceu muito antes do atual Partido Trabalhista ora no poder. Nos USA, quase todos os Partidos de esquerda quase nunca passaram de vanguardas deste tipo, com maior ou menor grau de desenvolvimento. O Partido Socialista americano também é típico neste sentido, apesar de sua antiguidade. O Partido Comunista ali também nunca deixou de ser desse tipo, porque a sua tortuosidade tática e sua submissão a um governo totalitário estrangeiro lhe fez perder precisamente a pureza de seus objetivos de propaganda para transformá-lo numa agremiação pragmática, quanto aos fins e os processos de luta, visando apenas servir a Moscou. Na França mesmo, os diversos pequenos grupos de vanguarda revolucionária existentes no país nunca ultrapassaram a etapa propagandística (os círculos dos pequenos grupos anarco-sindicalistas, TSOP, etc). O próprio PS cujas tradições vêm da democracia radical de 48 foi sempre tipicamente um movimento de propaganda que visou sobretudo o campo da política eleitoral, tendo se recusado sempre a envolver-se no domínio puramente social da classe, isto é o sindical. Um partido puramente eleitoralista, sem vitalidade social, sem raízes profundas na classe operária, e baloiçando-se, portanto aos ventos do oportunismo e da mecânica parlamentar. Esta concepção "política" de partido lhe dá um caráter oportunista que nunca perdeu, sempre atento a combinações e leitorais, por sua natureza vacilante, sem atitude de oposição própria, independente e é o que na gíria bolchevique se chama de "centrismo". A maioria dos poucos grupos socialistas e de esquerda existentes fora dos quadros do bolchevismo quer sob a forma degenerada stalinista, quer sob a forma anacrônica e sectária do trotskismo tem pois um caráter oportunista ou centrista, no melhor dos casos. Eles não visam nunca, e não visaram, a chegada ao poder por sua própria conta ou por seu próprio esforço e por isso nunca saíram desse hábito da coligação, da aliança à direita ou à esquerda, para esse ou aquele objetivo. Não se tornaram, por isso, maduros bastante, ou responsáveis bastante para a missão histórica de portadores do socialismo. Falta a eles todos, por assim dizer, o lastro proletário que lhes dê a solidez de calado e inclusive o peso social advindo

da sua identificação ou integração no próprio organismo da classe operária para navegar solidamente no movimento agitado da luta de classes. Na maioria dos países latinos ou menos industrializados, estas formações políticas predominaram. Até mesmo na América Latina vemos partidos desta ordem, como o Partido Socialista Argentino, que acaba de completar 50 anos de existência. Nunca conseguiram transformar-se no Partido da Classe trabalhadora e se sentem incapazes de transformar idéias em realidades. O centrismo, por isso mesmo, se caracteriza pela flutuação das idéias num mínimo de ação. O bolchevismo, por sua vez, tem as virtudes opostas - as virtudes e os defeitos. Tem das vanguardas o traço propagandístico e a vida das idéias (É preciso distinguir: se o bolchevismo leniniano leva à precisão e a luta pelas idéias e "princípios" até quase a cortar cabelos em quatro, o bolchevismo staliniano de generado, matou a vida ideológica intensa de seu modelo, transformando as idéias em dogmas e vivendo antes de uma ideologia do que de princípios). Mas o que o centrismo não foi capaz de fazer, o supremo praticismo bolchevique o faz. Transforma tudo em ação. O partido único chega mesmo a erigir a ação como suprema virtude, aliando a este ativismo uma total indiferença pelas idéias. As vanguardas ideológicas classificadas no centrismo são precisamente caracterizadas como centristas pois não são dominadas por nenhum complexo de messianismo, quer dizer, nenhuma delas se sente como única organização ou vanguarda destinada a levar as massas ao socialismo, com exclusão de qualquer grupo ou partido. Eles se sentem, pois, preparados para se fundir ou se moldar num grande organismo que abranja toda classe trabalhadora quando as condições gerais criem esta possibilidade. O Partido bolchevique, ao contrário, desde o primeiro dia de sua existência, sente-se predestinado a ser o realizador do socialismo e nesta qualidade é virtualmente hostil à existência de qualquer outra organização que possa interpor-se a seu caminho para as massas.

Este Partido pode fazer frente única ou fundir-se com quantas organizações surgirem em frente a ele, pretendendo também realizar o socialismo. Mas tudo isso visa apenas absorver estas organizações, extrair delas o que há de "melhor" e liquidá-las como rivais, destruindo ou atacando os que reagem a seus desígnios. Ele está imbuído de verdade suprema de que só a sua vitória, só a sua conquista do poder pode "conduzir as massas ao socialismo". Seu dever, é pois destruir qualquer impecílio, qualquer estorvo, que surja diante dele.

Mas se o bolchevismo na Rússia, sua pátria de origem,

nasceu como uma organização puramente política, de luta para derubar o Tzarismo absolutista, ela era ali, assim, apenas a vanguarda da revolução anti-feudal e democrática. Era uma elite, por isso mesmo: o 'Estado-Maior'. Com efeito, organizada conspirativamente, na ilegalidade a que eram condenados pelo absolutismo. Por isso mesmo, Lenin teve que combater a tendência chamada "economicista", que queria sobretudo organizar a 'luta da classe operária', isto é, defender os interesses do proletariado industrial contra o patrão capitalista. Era evidente que os adeptos desta tendência identificavam a situação econômica e social da Rússia absolutista de então com os regimes constitucionais dos países industrializados da Europa.

Na velha Rússia feudal o fator político decisivo, isto é, a conquista das liberdades políticas, só poderia vir com a derrota do tzarismo. A luta organizada da classe operária, a organização de seus sindicatos, de seus interesses contra a classe burguesa, sua inimiga, teria que vir em outra fase. Na Europa, porém, na Alemanha, o inverso é que era verdade. O fator decisivo era a organização do proletariado como classe revolucionária, portadora do socialismo.

O bolchevismo-leninismo deveria, portanto, dissolver-se na organização do proletariado em todos os seus aspectos, não só no aspecto econômico como político - isto é, devia dissolver-se no grande partido de classe, deixando de ser uma vanguarda separada e acima do povo trabalhador uma vez liquidado o absolutismo tzarista. Com a derrota do proletariado alemão em 1918, com a ausência da revolução proletária que não vingou na Europa que saiu da 1ª guerra; com a divisão do proletariado internacional em duas facções políticas - a comunista e a social-democrática, foi tudo isso que levou Lenin a exportar sua concepção minoritária e aristocrática de partido para o Ocidente. Desde então, o proletariado em nenhum país europeu conseguiu chegar a este estágio de maturidade e de consciência suprema em que todas suas organizações em todos os campos de atividade se fundem numa trama única, como um partido político que represente em si a classe operária em seu supremo estágio de organização.

Na Alemanha o resultado foi a tragédia. Primeiro, de seu proletariado, subjulgado a Hitler, e depois o desaparecimento da grande nação como país independente. Ainda que hoje em países em que o stalinismo, isto é, o bolchevismo degenerado de nossos dias, chegou a ser um grande partido, como na França, ele não pode chegar a ser, senão no máximo, um partido de massas, mas nunca um

partido de classe. Mas 'partido de massa' não é a mesma coisa que 'partido de classe'. Porque a concepção de vanguarda que o anima não permite que o nível cultural insuficiente da massa seja elevado a ponto de alcançar o nível de vanguarda, pois nesse caso, esta desapareceria. O bolchevismo de massas de nossos dias, faz o contrário, pois transforma a classe em massa, isto é, em instrumento de sua ação e de seus fins próprios. A classe regride ao estágio de massa; jamais sobe ao nível de vanguarda. A classe é sistematicamente deseducada, não só pelo oportunismo ideológico, pelo desprezo pelas idéias, como porque é submetida consciente e constantemente, pela técnica de propaganda totalitária, a um estado de absoluto indiferentismo político, que a torna incapaz de pensar, de sentir-se solidária coletivamente. Isto é, de obter a consciência de classe.

Ela perde confiança em si mesmo, transferindo-a ao partido. É precisamente esta a tragédia que os nossos proletários estão vivendo hoje na França, na Itália e em outros países onde o stalinismo exerce uma influência desmoralizante e incompreensível nas próprias massas, que ficam reduzidas a mero rebanho, sem vontade, alimentada apenas por uma vaga fé em líderes messiânicos, sustentadas exclusivamente pela técnica de propaganda e publicidade moderna.

Um processo profundamente diferente se passou por exemplo na Inglaterra, onde o partido trabalhista se foi formando paulatinamente a medida em que iam crescendo as organizações econômicas e sociais da própria classe, nunca se alteando muito acima do próprio nível político dos trabalhadores. Hoje os trabalhistas se encontram no poder, e apesar de toda timidez de vistas de seus líderes, das ligações de interesses e relações pessoais que prendem grande parte deles aos cofres da burocracia imperialista, o caminho do socialismo está aberto. A própria burguesia se vai sentindo cada vez mais impotente para arrebatá-lhe o poder, esperando antes essa dívida de uma crise internacional, de uma crise externa, que de sua própria ação.

A grande burguesia, pelos seus líderes mais eminentes, se vai sentindo dominada por um complexo de inferioridade, sonhando com conjunturas internacionais, rivalidades externas oriundas de potências imperialistas, como os Estados Unidos ou a Rússia, que venham forçar os líderes trabalhistas a lhe cederem pelo menos uma parte do poder, para que então seja entravada a realização do programa trabalhista.

Nos USA, nenhuma organização socialista de vanguarda

chegou nem mesmo a este caráter de massa. A maioria dos grupos que hoje ainda ali pelejam não passa de pequenos grupos de propaganda, desligados da classe operária. Quanto a esta, se vê até hoje no mais completo apoliticismo. Já mostramos, porém, aqui, como os seus problemas se avolumam de tal modo, que para sua solução é necessário que a própria classe, tomando consciência dos seus interesses antagônicos aos da classe capitalista e aos do regime social dominante, ultrapassem enfim o quadro do puro economicismo, e entre no campo radioativo da política. O processo aqui terá sido assim, igual ao da Rússia. Este amadurecimento é de tal ordem que é do seio dos grandes sindicatos que saem também vozes a clamar pela necessidade da formação de um grande partido que abranja os interesses dos trabalhadores americanos para disputar aos partidos burgueses tradicionais o poder e a hegemonia política sobre a nação.

Na periferia, os grupos e partidos políticos existentes, numa etapa ainda puramente propagandística, sem exceção, desesperançados de chegarem por si mesmos a deitar raízes até o fundo da classe operária, têm em seu programa, como objetivo imediato, não a conquista do poder ou mesmo de maioria parlamentar, mas precisamente a criação deste novo partido, do partido da classe.

O PC americano não faz exceção à regra, do mesmo modo que não cessa de bater-se por um 'Labour Party' tanto quanto os grupos dos trotskistas oficiais quanto o grupo dos dissidentes. Os socialistas juntam a sua voz no mesmo coro. Assim, todos esses grupos de vanguarda, centristas ou não, sentindo a deficiência de suas forças, compreendem, embora pelos motivos mais diversos, que chegou a hora da classe proletária americana enquadrar todos seus objetivos e interesses no grande partido que será o canalizador de todas as (ilegíveis) de transformação da economia supercapitalista americana numa economia socializada. As vanguardas existem por força da própria vida: mas a elas não cabe senão um papel limitado, e sua ação só será fecunda se desaparecer na própria classe, meros fermentos no seio do povo trabalhador".

ANEXO 4

"STALINE TEM RAZÃO"

DOMINGOS VELLASCO (Deputado Federal) - Exclusivo para "PANFLETO".

(Panfleto, outubro de 1947)

"Cem anos depois da publicação do 'Manifesto do Partido Comunista', concluiu-se que não teve eco o apelo de Marx e Engels, para que se unissem os trabalhadores de todo o Universo e liquidassem a burguesia capitalista. ?

Não se uniram, nem jamais se unirão. Aconteceu com Marx e Engels que, sendo geniais na crítica feita ao liberalismo econômico, baseados sobre dados concretos e observações exatas, eles falharam nas suas previsões referentes ao homem, porque se limitaram a considerá-lo simplesmente como produtor ou consumidor. E o homem é algo mais do que isso.

Ora, ninguém pode forjar um sistema contra a natureza das cousas, e aquela união dos proletários de todos os países viola as condições naturais da existência humana.

Na escala crescente da organização social, vem primeiro o indivíduo e depois a família, o círculo profissional, a cidade, a região, a Pátria e, por último, a humanidade.

Realmente, o homem dá um grito ao nascer e alerta que de seja viver. Sem os cuidados maternos, ele perece. A natureza exige que os pais cuidem da criança até que ela esteja em condições de viver por si mesma, atinja a idade adulta e possa continuar a reprodução da espécie. A família é, pois, uma sequência natural da vida humana.

Mas o indivíduo, para persistir no meio social, tem necessidades; e luta, antes de tudo, para que elas sejam providas. Sua vida está condicionada a isso. Alcançados aqueles bens de necessidade, ninguém poderá impedir, senão forçando a sua natureza, que o homem afirme a sua personalidade e aspire aos bens de dignidade, não apenas para si mesmo, mas também para os seus filhos, seus pais, sua família, enfim.

Na consecução daqueles bens, o homem se defende e também defende aos da sua profissão, a cujos interesses ele está ligado in destrutivelmente. Na luta pela vida, os homens se associam para que obtenham condições melhores de trabalho e remuneração mais adequada. Essas condições são variáveis de cidade a cidade e, frequentemente, se tornam mesmo antagônicas. Ninguém há de imaginar que o

operário urbano se bata pela diminuição do próprio salário, visando a baixa do custo dos produtos industrializados que o trabalhador rural consome, a fim de que se melhore o padrão de vida deste. Em qualquer regime, essa contradição aparece. Em qualquer setor da produção, o choque há de surgir. Porque o problema é do homem e não da forma de produção.

De país para outro, as divergências de interesses aumentam. Seria utópico imaginar que o trabalhador inglês ou norte-americano se batesse pelo progresso industrial do Brasil ou da Índia, quando isso pode acarretar o fechamento desses mercados aos produtos da indústria inglesa ou americana e trazer a conseqüente paralisação de suas fábricas ou, pelo menos, a diminuição de horas de serviço, vale dizer, diminuição de salários.

Seja qual for o regime que domine a Inglaterra, seja ele socialista, comunista ou capitalista - o império inglês é uma condição essencial à vida normal do povo inglês. Ele tem de mandar para o exterior as suas mercadorias e receber as matérias que necessita para as suas indústrias. Os ingleses, sejam eles de qualquer profissão, desde os mineiros até os lords, não podem fugir à essa contingência. E ninguém que conheça a natureza humana pode imaginar que os trabalhadores ingleses piorem o seu padrão de vida para melhorar, por exemplo, o dos chineses. Afinal, predominarão sempre os interesses do indivíduo inglês, da família inglesa, da Pátria Inglesa.

Se o comunismo internacional dominar a Alemanha, dentro de poucos anos transformar-se-á no pan-germanismo e no mais puro prussianismo. É que esse movimento é conseqüência das condições naturais de vida do alemão, da maneira de viver da família alemã e das tradições do povo alemão. Assim acontecerá como aconteceu na Rússia, onde o comunismo não pode fugir aos imperativos do meio social russo, dos hábitos do povo russo, do seu grau de afetividade, de suas aspirações históricas. O comunismo russo se transformou no mais puro pan-slavismo, sob a capa de um internacionalismo que é explorado por Moscou para fortalecer a sua política expansionista.

A reorganização do Komintern, na Europa, com a designação de Bureau Internacional de Informações, com sede em Belgrado, visa à disciplinação de forças que, nos demais países, ainda acreditam na utopia da união do proletariado de todo o Universo. Os homens de boa-fé, animados de um idealismo que merece respeito, pensando que servem a seu ideal, realmente servem aos designios expansionistas da Rússia Soviética, que joga com esses contingentes aliados, como a Alemanha Nazista jogava com as simpatias que o seu

movimento despertou em muitos países.

A realidade que nenhum sistema, por mais bem engajado que seja, poderá destruir, porque se funda na ordem natural das cousas, é que o homem, com as suas necessidades fundamentais, os seus instintos de superação das próprias deficiências, o seu desejo de elevar-se no meio social, com as suas paixões e suas virtudes, é o ponto de partida da organização social. Ele é o titular de direitos essenciais. Ele jamais cede a outros esses direitos. A penas submete o exercício deles às contingências impostas pela convivência social. A família, a profissão, a cidade, a Pátria constituem os círculos de diâmetros crescentes, em cujo centro comum ele se encontra. Para o bem comum, ele admite limitações a seus direitos, porque o organismo social lhe retribui com outros benefícios; mas de maneira alguma ele se subordina, senão passageiramente, à abolição deles.

O internacionalismo que pretende suprimir a Pátria, a cidade, a profissão, a família, desligando o homem desses círculos de seu desenvolvimento, torna-se uma utopia que, como todas as utopias, pode ter milhões de adeptos, mas que nunca deixará de ser utopia.

O stalinismo sabe disso e, implicitamente, já o proclamou quando dissolveu a III Internacional. E se agora patrocina a sua reorganização, é porque precisa de explorar o idealismo utópico dos comunistas de todo o mundo, como arma para ajudar a expansão do pan-slavismo na Europa e criar dificuldades a seus adversários em todo o Universo. Formando o novo Komintern, Staline exerce um direito de auto-defesa, à custa da ingenuidade dos comunistas dos outros países. Staline tem razão. Os ingênuos é que não a têm."

ANEXO 5

"REPÚDIO À DOCTRINA DO CAPITALISMO DE ESTADO"

(Antonio Cândido. PSB - Secção São Paulo. Posições Políticas, São Paulo, s.o.i., pp. 6/9)

"A Comissão Estadual do Partido Socialista Brasileiro, Secção de São Paulo, reunida em Santos no dia 27 de junho de 1948, considerando o problema da posição que os socialistas devem assumir em face da orientação seguida pelo Partido Comunista do Brasil, posto na ilegalidade graças a uma situação que contribuiu para criar com os seus desmandos teóricos e práticos, mas que representa principalmente um ataque reacionário à liberdade de associação, considera fundamentais os pontos seguintes:

1º - O Partido Socialista Brasileiro é contrário tanto ao comunismo russo quanto à sua expressão local, o Partido Comunista do Brasil.

2º - Entre o comunismo como doutrina e o socialismo democrático, existe uma convergência de objetivos, visto que ambos lutam pela socialização da propriedade, com as consequências decorrentes daí no campo da produção, da distribuição e da organização social - inclusive a supressão progressiva do arcabouço do Estado como forma suprema de controle.

3º - A referida convergência não existe, todavia, em relação ao capitalismo de Estado que, na URSS esclerosou numa ditadura permanente o processo de socialização. Segundo as concepções mais elevadas do humanismo ocidental, de que o socialismo é o herdeiro legítimo, os meios empregados para obter um fim não podem substancialmente ser destacados deste, sob pena de desvirtuá-lo ou por outras palavras, o fim não é mais do que a cristalização dos meios e sua projeção definitiva. Ora, na URSS - não importa indagar se por contingência histórica ou por desvio político - a concentração estatal criou uma contradição desumana, e portanto anti-socialista, entre a razão de Estado e as forças produtivas. Aquela, encarnada numa poderosa e vasta elite burocrática, estas, como nos estados burgueses, mantidas na condição proletária, quando não exploradas em campo de concentração sob a forma de trabalho forçado. Assim sendo, os socialistas declaram que não havendo identificação do capitalismo russo de estado com o comunismo, não há convergência de alvo, mesmo remota, entre ele e o socialismo.

4º - O desenrolar dos acontecimentos colocam em nossos dias o problema da conduta política como escolha entre a adesão ao capitalismo russo de estado e o capitalismo burguês norte-americano - ambos na fase suprema das suas manifestações imperialistas. Para muitos, a escolha pareceu inevitável, e na Europa vários partidos socialistas optaram por um lado ou outro. O Partido Socialista Brasileiro acha que tal escolha, na fase atual é para os brasileiros, é não apenas desnecessária como prejudicial. Repelindo o imperialismo soviético, repele igualmente o imperialismo norte-americano que nos ameaça diretamente com a voracidade insaciável dos seus trustes.

5º - Repudiando a doutrina do capitalismo de estado, do nacionalismo soviético e do imperialismo armado (que se concretizam no estado totalitário russo), os socialistas repudiam em consequência os seus representantes, isto é, os diferentes Partidos Comunistas entre os quais está o brasileiro. Todos eles mais ou menos declaradamente conforme o país, visam implantar o estado totalitário, que se revelou incompatível com o socialismo verdadeiro, de vez que esmaga a democracia proletária.

6º - Os socialistas não esperam que o Partido Comunista possa desenvolver uma linha coerente de luta pelo povo, visto que é obrigado a amoldar-se às diretrizes vindas da URSS - o que os poderá levar a propor reformas progressivas em fase de revolução popular ou golpes armados em fase de tática conciliatória. Deste modo, os socialistas repelem o Partido Comunista tanto como expressão pretensa do comunismo, quanto como partido brasileiro - isto é, sob o ponto de vista geral e sob o ponto de vista particular.

7º - Na sua crítica ao Partido Comunista, o Partido Socialista distingue a massa proletária da elite dirigente. Esta, cegamente obediente às fórmulas russas; aquela, em grande parte caracterizada por uma admirável consciência de classe e denotadora de vocação, de uma intrepidez política socialista capaz de servir de base às conquistas mais fundamentais do socialismo. E é esta circunstância que nos torna mais confiantes no futuro das lutas sociais no Brasil.

8º - Repelindo a teoria e o movimento representados pelo Partido Comunista, o Partido Socialista poderá, no entanto colaborar com os antigos comunistas e com qualquer outro partido que não seja fascista, em questão de detalhe. Na questão da anistia aos presos políticos, os agrupamentos socialistas e anti-fascistas colaboraram com os comunistas; atualmente, na questão do petróleo po

deremos com ele colaborar; na Câmara Federal, os nossos deputados se aliaram a eles mais de uma vez em questões de ordem prática, como ainda hoje se aliam, para os mesmos fins, deputados de partidos burgueses.

9º - Esta atitude é consequência do próprio panorama político brasileiro. Embora mantenhamos a maior independência em relação aos demais partidos, denunciando-os sem exceção, temos que lutar pelas reivindicações indispensáveis à manutenção do precário regime democrático em que vivemos e portanto, temos frequentemente de compor forças. Podendo nos encontrar com os comunistas no campo parlamentar e, mesmo, na atividade legal, fá-lo-emos sem a menor concessão teórica e mantendo no plano geral as nossas reservas.

10º - No seu ataque ao Partido Comunista do Brasil, o Partido Socialista Brasileiro não o considera em separado dos outros partidos, porque se opõe igualmente a todos, mesmo quando se articula com ele em questões práticas. Com o Partido de Representação Popular não admite colaboração de espécie alguma, quanto ao Partido Social Democrático, sabe que é o principal baluarte reacionário no seio da burguesia: em relação aos demais, sabe que a União Democrática Nacional é instrumento da burguesia liberal a serviço de interesses comerciais, latifundiários, industriais e bancários, sabe que o Partido Trabalhista Brasileiro e o Partido Trabalhista Nacional são camarilhas de exploração demagógica do proletariado: que o Partido Social Progressista é um híbrido dos demais e que nenhum deles merece a confiança popular.

11º - O Partido Socialista Brasileiro se propõe lutar nos quadros da democracia burguesa, procurando liquidar nela, as ameaças totalitárias e as escamoteações conservadoras. Sabe que a liberdade burguesa é em grande parte fictícia, mas que é um mínimo possível de ampliação por meio de luta diária, da doutrinação e da atividade legal; um mínimo que importa preservar em nossos dias de depravação do sentimento da liberdade, para que, fiel ao nosso programa de Socialismo e Liberdade, possamos atingir a democracia socialista, com o fim da exploração do homem pelo homem."

(Teses apresentadas pelo companheiro Antonio Cândido, em nome da Comissão Executiva Estadual, aprovadas na reunião plenária da Comissão Estadual realizada em Santos a 27 de junho de 1948, para serem enviadas como sugestões à Comissão Nacional).

ANEXO 6

"CONCEITO DE SOCIALIZAÇÃO" (*)

(Febus Gikovate. PSB. Secção São Paulo.
Posições Políticas. São Paulo, 1949, pp. 82/83).

"I - A abolição da propriedade dos meios de produção é, no terreno econômico, o objetivo fundamental do nosso partido e visa a instauração do regime socialista.

II - A abolição da propriedade privada dos meios de produção não é, por si só, garantia suficiente para instauração do socialismo. Revelaram-se procedentes às críticas acumuladas, há mais de um século, pelos anarquistas e, mais recentemente, por grupos católicos - Economia e Humanismo, por exemplo - que viam na passagem pura e simples para as mãos do Estado, dos meios de produção expropriados, o caminho para o capitalismo de Estado e não para o socialismo. As críticas acima foram plenamente confirmadas pela experiência russa, pelos regimes fascistas e até mesmo pelas tendências dirigistas dos países capitalistas. Em todas as circunstâncias a centralização econômica vinha acompanhada de igual fenômeno no terreno político e, em última análise levava à instituição de um regime totalitário, de um estado policial.

III - Os meios de produção, expropriados aos proprietários privados, deverão passar ao domínio da sociedade e não do Estado. A fim de assegurar à sociedade como um todo o domínio dos meios de produção, a serem utilizados em benefício da coletividade, é indispensável:

- 1 - que a estrutura da sociedade seja realmente democrática;
- 2 - que se assegure a descentralização do poder político e que se reforcem ao máximo as autonomias locais;
- 3 - que aos órgãos legislativos, constituídos democraticamente, caiba realmente o poder político.

IV - As empresas socializadas não deverão funcionar como simples empresas capitalistas, tendo como patrão o Estado. Deverão ser associações de produtos dirigidas por órgãos administrativos, eleitos pelos componentes da empresa. E o princípio do controle operário de produção que deverá ser assegurado sempre.

V - A economia socialista exige uma planificação em escala nacional. A centralização deverá limitar-se estritamente ao terreno da planificação. A execução do plano nacional deverá ser descentralizada, assegurando-se o máximo de autonomia local.

VI - A socialização será progressiva. Iniciar-se-á pelos ramos básicos da indústria. A marcha do processo será condicionada a condições objetivas, à necessidade de evitar transformações bruscas e catastróficas e, principalmente, de manter e elevar gradativamente o nível de vida das populações trabalhadoras das cidades e dos campos.

VII - Ao cooperativismo deverá ser reservado papel de destaque. Ao domínio do cooperativismo deverão pertencer a pequena produção industrial e agrária e a distribuição dos produtos de uso pessoal.

VIII - A propriedade privada será mantida nos limites da possibilidade de sua utilização pessoal, sem prejuízo do interesse coletivo. Isto é, desde que não se preste para a exploração do homem pelo homem e para o renascimento de um regime de classes. Será assegurado, entretanto, o direito dos indivíduos se organizarem livremente em comunidades onde a abolição da propriedade privada possa ser levada a graus mais extremos do que os propugnados pelo Partido para a sociedade toda.

IX - O processo de socialização não será atentatório à liberdade individual. Esta será respeitada, mantida e poderá atingir o seu pleno desenvolvimento uma vez abolido o regime capitalista. O processo de socialização limitar-se-á rigorosamente à esfera econômica, à produção de bens de uso."

"(*) - O companheiro Febus Gikovate foi incumbido pela Comissão Nacional de redigir um documento que servisse de base de discussão sobre o conceito de socialização do Partido Socialista Brasileiro, para os trabalhos da Convenção Nacional do P.S.B., a realizar-se em outubro deste ano. O presente documento não foi aprovado pela C.E. de São Paulo, mas sua inclusão no apêndice deste folheto foi recomendada como contribuição às decisões a serem tomadas a respeito."

ANEXO 7

De Alípio (Correia Neto) a Hermes (Lima)
 (CPDOC/FGV - HL 49-06-14)
 C

"Prezado amigo Hermes:

Saudações cordiais.

Hoje, à noite, deve reunir-se a Convenção Municipal do P.S.B. de nossa capital.

Quero transmitir a V. o resultado de minha observação relacionada com a conversação que mantivemos em sua casa. Preliminarmente suponho que o Gikovate não traduziu a V. a real situação. Ele retratou uma posição de profundas divergências entre membros de responsabilidade no P.S.B. de São Paulo, com a formação de dois grupos que se degladiam e se opõem; chegando mesmo a dar a entender que eu me filiei a um desses grupos, exatamente àquele que se situa em atitude adversa ao grupo de que ele faz parte.

Afirmava à V. aí e confirmo agora que não pertencço a nenhum grupo encistado (SIC) dentro do nosso partido; tenho apenas trabalhado pelo seu desenvolvimento e procurado manter uma linha política de conformidade com a orientação da C. Nacional. Desta forma, às vezes, têm os companheiros a impressão que me oponho a certo grupo; outras vezes, oponho-me a grupo diferente. É que tenho sido, certo ou erradamente, contrário aos exageros, às atitudes de intransigência. Oponho-me sistematicamente às tentativas de ingerência dos órgãos do partido nas atividades particulares, não políticas, derivadas dos compromissos sociais dos seus membros; e isto é, creio eu, mal interpretado pelos companheiros.

Também não acredito muito nos iluminados que gostam de resolver os nossos problemas com golpes de gênio através de manifestos documentos. Acho que um partido político se organiza e se concretiza pelo aliciamento de valores novos todos os dias e pela sua educação, sua incorporação à nossa orientação e à nossa mentalidade política.

O partido se faz, portanto, com o trabalho, com o esforço continuado e metódico, ganhando terreno milimetricamente dia a dia.

As organizações partidárias que brotam como os

cogumelos, como eles têm vida efêmera e são constituídos apenas para (ilegível) aos politiqueros eleitoralistas de "tiro curto", sem ideal e sem espírito público. Isto não se coaduna com o ideal socialista que apresenta na organização social a perspectiva além das ambições de um homem, porque é o próprio objetivo da humanidade. É nestas idéias que costumo pautar as minhas atitudes dentro do PSB, fora daí as cousas pouco me interessam no terreno político.

Agora, o nosso caso. Conversei com numerosos companheiros e também com o Costa Corrêa, representante do grupo que falou o Gikovate.

Não me parece que haja divergência entre grupos ideológicos; apenas fazem restrição em se colocar na direção do partido alguns elementos ligados entre si por princípios de convicção; mas apenas a alguns e não a todos. De outro lado, esses que aí chamam de 'trotsquistas', são contrários a certos elementos que eles classificam com outro adjetivo político neologista. Não há portanto luta dentro do partido, de grupos ideológicos; apenas a luta para afastar ou colocar nas posições chaves homens menos extremados e mais trabalhadores.

Vamos citar alguns nomes: uma das alas não gostaria de ver fazendo parte da Câmara Municipal o "energúmeno" Oliveira; ou o Horta, "reacionário"; ou o Fúlvio, "intransigente"; ou o Cláudio Abramo, "dissolvente". De outro lado, aceitam da mesma grei - o Gikovate, o Costa Corrêa, o Plínio de Melo, etc. Por sua vez não querem dar maior proeminência ao Rahal; "stalinista", ao Jacob Miranda, "ineficiente"; ao fulano de tal (Roger Ferreira), "eleitoralista"... etc.

Como se vê é mais em volta de nomes que evolui a luta...

Não creio pessoalmente que seja isso um mal para o partido, é mostra de interesse dentro de divergência perfeitamente explicável; e também é uma situação inevitável.

Não sei se transmito a V. a posição partidária, de modo bastante inteligível. Depois da eleição se houver modificação ou outro fato digno de nota escreverei de novo.

Peço recomendar-me à senhora e aos nossos companheiros.

Abraço afetuoso do

Alípio

São Paulo, 14/VI/49."

ANEXO 8

"A GREVE DOS METALÚRGICOS" (Continuação)PAULO SINGER (Folha Socialista, 20/03/1953)A passeata da Praça da Sé

"Um dos fatos que deram maior sensacionalismo à greve foi a passeata brutalmente dissolvida pela polícia na Praça da Sé. O mais interessante no entanto é que esta passeata era completamente alheia às finalidades da greve, e a participação dos grevistas foi apenas em caráter de afiliados e sindicatos de um órgão chamado Comissão Estadual de Combate à Carestia. Vejamos pois como os fatos se deram.

Nos dias antes da greve realizou-se uma primeira passeata "contra a carestia" que levou um memorial ao governador, e então fora combinado marcar outra para ir buscar a resposta ao memorial. Neste interim estoura a greve; a polícia proíbe todas as manifestações públicas, impondo desta vez a São Paulo uma espécie de semi-estado de sítio. Se a segunda passeata fosse marcada, sabia-se pois, que seria transformada em exibição de força física dos mantenedores da ordem pública.

Nesta situação foi proposta a passeata; a polícia proibiu a reunião do órgão convocador (a Comissão Contra a Carestia) no Sindicato dos Bancários, sendo esta finalmente efetuada na noite que antecedia imediatamente o dia da passeata; surgiu grande oposição à proposta, principalmente dos 2 presidentes dos sindicatos mais importantes Remo Forli (metalúrgicos) e Nelson Rústici (tecelões). Resolveu-se deixar a última palavra com as assembléias sindicais.

Nestas logo se delinearão os campos: de um lado, a favor, os stalinistas e seus amigos; do outro, contra, a maioria dos dirigentes responsáveis do sindicato e, nos metalúrgicos, um grupo de militantes independentes. Estava claro que a passeata seria - como de fato foi - nociva ao movimento grevista tanto por um desgaste inútil de forças, - e contávamos com tão poucas -, como pela ausência de qq. palavra de ordem positiva pela qual se pudesse lutar. No final a passeata seria para provar quem é que era mais forte, nós ou a polícia.

Nas assembléias sindicais os stalinistas foram vitoriosos; dezenas de milhares de operários foram à Praça da Sé atendendo a um apelo do sindicato, para serem atropelados pela cavalaria da Força Pública, espancados a casse-tete, insultados e escorraçados - sem saberem porque nem para que.

Cabe condenar aqui a ação inconstitucional da polícia levada a cabo com o máximo de brutalidade (causada pelo medo, pânico que a nossa polícia tem da classe operária na rua), mas também temos que condenar aqui a irresponsabilidade daqueles, que por mero interesse no máximo de confusão, não hesitaram em atirar os operários contra a polícia pelo mais fútil dos pretextos.

A inter-sindical

Apesar de terem-se iniciado quase simultaneamente, as greves das diversas categorias profissionais não tiveram coordenação anterior.

Houve alguns contatos entre os sindicatos anteriormente, mas não se passou de um compromisso de auxílio mútuo. O desenvolvimento da situação porém, logo mostrou que a força do movimento estava na sua amplitude; daí a necessidade de uniformizar as reivindicações, unificar as forças, coordenar as manobras no sentido de tirar o proveito máximo desta circunstância favorável. A greve dos tecelões favorecia os metalúrgicos na mesma medida que a destes últimos os primeiros, o mesmo valendo para os marceneiros e vidreiros. Daí surgir o pacto intersindical ou o pacto dos 4 sindicatos. Cumpre aqui assinalar alguns aspectos importantes:

1) A reivindicação comum foi fixada em 600,00 cr. de aumento fixo para todo operário, consideravelmente mais baixo que a menor das reivindicações primitivas (800,00 cr. dos metalúrgicos). Isto serve para demonstrar que não havia, da parte dos dirigentes da greve, nenhum desejo de prolongá-la, inutilmente.

2) O comité inter-sindical funcionou sempre como comité coordenador, de modo que as 4 greves continuaram essencialmente separadas, com piquetes próprios, finanças próprias e assembléias próprias também. Não houve fusão das greves, mas apenas um compromisso de luta comum.

3) A inter-sindical mostrou de uma maneira objetiva a necessidade de uma central sindical. O comité formado não pode desempenhar este papel integralmente, mas mesmo assim foi bastante

útil como centro coordenador e de troca de informações e experiências. Também no referente ao espírito de unidade de classe, que se fixou na maioria dos operários, a experiência da Intersindical foi preciosíssima.

A formação da intersindical foi aprovada entusiasticamente por uma assembléia de dezenas de milhares de operários das 4 categorias no antigo Hipódromo da Moóca. Após a habitual série de discursos exaltando a unidade dos trabalhadores e atacando a polícia e os patrões, um orador, o conhecido stalinista Eugênio Chemp, propôs uma passeata até o Tribunal de Justiça para pedir a libertação dos presos grevistas. Ele mesmo, depois de tomar a responsabilidade pelo que propunha, pôs a proposta em aprovação. O resultado todos conhecem: os trabalhadores foram cercados pela polícia na r. da Moóca e ali espancados, atropelados e dispersos...

O Hipódromo

Depois desta greve, o antigo Hipódromo da Moóca será sempre considerado como um marco na história das lutas operárias de São Paulo. Neste lugar reuniam-se diariamente centenas de operários para cuidar das providências relativas à greve; várias assembléias gigantescas também nele tiveram lugar, numa demonstração soberba do funcionamento da democracia operária.

Logo de manhã reuniam-se, nos cantos, os operários das firmas maiores; ali se organizavam piquetes, se resolviam pendências, se esclareciam dúvidas. No microfone colocado no centro das arquibancadas, trovejavam oradores improvisados.

É na verificação do funcionamento diário, quase rotineiro deste imenso organismo que é a classe em greve que podemos encontrar as respostas a algumas perguntas importantes: houve desvirtuamento da greve? Sim e não; isto é, quando feito aberta e inabilmente era geralmente repellido pela esmagadora maioria; quando, porém, era sutilmente introduzido, a maior parte do operariado mostrava-se indiferente. Assim por exemplo: conseguiu se impedir, com apoio geral, um convite para assistir um ato póstumo em homenagem a Stalin; também os homens da Comissão contra o Acordo Militar não puderam falar à Assembléia; em compensação foram aprovados votos de louvor ao "Hoje", contra o mesmo Acordo Militar, etc. O que importa mais porém, a greve propriamente dita, nunca recebeu caráter político e foi conduzida inteiramente em função das reivindicações econômicas da classe. É claro que num movimento desta natureza o mais forte dos partidos que nela se acham representados, tira cer-

tas vantagens no campo da doutrinação e do proselitismo. Nesta greve o partido mais forte foi o P.C., que se aproveitou da situação sem nenhum escrúpulo.

Qual o papel da imprensa e do rádio? Muito importante. E isto por um fator de suma gravidade: os grevistas possuíam apenas um meio de comunicação verdadeiramente eficaz, mas de alcance limitado: a palavra falada. Não tínhamos jornal, nem publicações próprias. Um curto programa de rádio dos tecelões foi depois suprimido. Não havia meio de alcançar as dezenas de milhares de grevistas que não vinham ao Hipódromo, mas ficavam em casa. Basta lembrar que havia talvez 150.000 operários em greve e que compareceram ao hipódromo apenas pouco mais de 8.000 para votar a proposta que decidiria a greve, para se ter uma visão clara de quão importante era esta questão. Cumpria manter os operários alerta, impedir que desanimassem, que voltassem ao trabalho antes do fim da greve.

O comportamento da imprensa e do rádio burgueses foi o mais danoso possível à greve; nos últimos 15 dias de duração desta podia se ler nos cabeçalhos e ouvir nas emissoras quase todo dia: a greve vai terminar dentro de 24 horas; acordo prestes a ser assinado, etc. etc. Se isto foi feito por cálculo ou por amor ao sensacionalismo é difícil dizer, embora eu esteja inclinado a crer que seja por ambas as causas. Um único jornal fez exceção a esta greve: o "Hoje". Este apoiou integralmente a greve (nada tinha a perder assim fazendo) e sendo o único conseguiu uma posição privilegiada: era distribuído gratuitamente dentro do Hipódromo (sob o pretexto de que qualquer outro jornal que quisesse fazer o mesmo, tinha plena liberdade de fazê-lo) e, num dado momento foi oficializado como "O jornal da greve", recomendava-se aos operários que somente lessem o "Hoje", etc. Era difícil impedir que isto acontecesse, pois realmente não só ele abria suas colunas aos comunicados e informações dos comitês de greve, como todo seu noticiário estava a serviço de um único fim: propagar a greve e dela tirar o máximo de proveito próprio.

Como se comportou a polícia? De modo geral, favorável aos patrões, o que era de se esperar. A novidade neste caso é que, apesar dos atos de selvageria praticados durante a passeata, a polícia agiu, com menos excessos que costumeiramente: os piquetes eram geralmente aprisionados, mas facilmente soltos por um diretor do sindicato no mesmo dia ou no dia seguinte; os dirigentes da greve não foram incomodados; a bandeira do sindicato dos tecelões foi levada para arrecadar fundos, ao centro da cidade, sem incidentes,

etc. Qual a razão disto? Creio que em primeiro lugar políticas: tentava-se reconquistar prestígio no seio da classe operária da cidade, que nas eleições para prefeito demonstrara notável independência política; sô em segundo lugar, de forma bem menos definitiva, jurídica: deseja-se criar um direito de greve limitado, sem piquetes, sem fundos e sem propaganda. É a regulamentação prática do dispositivo constitucional: os operários têm o pleno direito de fazer greve desde que se abstenham de toda e qualquer medida para as segurar o seu êxito."

(Conclusão. Folha Socialista, 05/07/1953)

Fase final: não há interesse em dar aqui um relato detalhado das negociações havidas. Aberto o dissídio coletivo "ex-ofício", a primeira proposta de conciliação foi de 23% aceita pelos patrões mas rejeitada unânimemente pelos operários. Na segunda audiência, computou-se o aumento do custo de vida de mais um mês, chegando-se a 32%. Era quase certo que, como as propostas anteriores, esta também seria apresentada às 4 categorias em greve. A 1ª a recebê-la, no entanto, foi a dos metalúrgicos, tendo sido aceita pelos patrões. A tendência por parte dos operários era favorável, mas havia o compromisso do pacto intersindical; cumpria portanto rejeitá-la, pelo menos até que as quatro categorias a tivessem recebido e todos se manifestassem em conjunto sobre ela. Neste ponto todos estavam de acordo. Mas os comunistas queriam que nem se votasse esse assunto, temendo eventual aceitação, ao passo que os militantes independentes exigiram que a classe se manifestasse, pois se houvesse uma maioria favorável à proposta a greve não poderia continuar. Caso a proposta fosse rejeitada, a autoridade moral para manter e intensificar a greve seria redobrada. Após longa e borrascosa discussão, a mesa, dominada pelo P.C. impediu a votação. Isso num sábadó: na 2ª feira seguinte, iniciou-se o volta ao trabalho dos setores menos consciente da classe, começando o período final, o mais duro da greve.

A duração do movimento foi grande; a falta de dinheiro começou a atormentar os trabalhadores mais mal pagos. Longas filas se formavam nos centros de distribuição de gêneros e nas comissões de finanças os pedidos de auxílio se avolumavam. Os fundos dos sindicatos tinham sido congelados, pelo Min. do Trabalho. Diariamente chegavam notícias de que tal ou qual fábrica tinha "entrado". Os piquetes se tornavam cada vez mais imprescindíveis, as adesões cada vez mais insignificantes. Os patrões se aproveitavam

da situação, lançando uma ofensiva de promessas e ameaças. Foi neste momento que a organização se mostrou vital; foi quando mais se sentiram suas deficiências e melhor se pode aquilatar o valor da iniciativa militante e do esforço constante, ininterrupto dos melhores elementos do operariado.

Numa bela manhã os quatro presidentes dos sindicatos tinham sumido; só à tarde soubemos, pelos jornais, que tinham ido ao Rio, entrevistar-se com Vargas. Voltaram 2 dias depois e em festiva assembléia geral relataram o resultado da sua viagem: a promessa de estender o aumento de 32% a todos os dissídios coletivos, a substituição do delegado regional do trabalho (o que até hoje não foi cumprido, 2 meses e meio depois) e a designação do presidente da Comissão do Salário Mínimo de São Paulo, segundo indicação dos sindicatos. Também foi prometido pelo Presidente da República, descongelar os fundos dos sindicatos, o que prontamente foi efetuado, depois que a greve terminou...

A Greve dos Metalúrgicos

Logo após, houve a decisão dos 32%, tomada em votação secreta, da qual participaram cerca de 8.000 operários. A maioria a favor da aceitação foi de cerca de 90%. A votação foi completamente livre, sem interferências estranhas, sem pressões desleais, constituindo legítima expressão da vontade das classes em greve. Chegando desta forma a um acordo no que era fundamental, isto é, o montante do aumento, cumpria redigir o acordo final e encerrar a greve. Surgiram aí não poucas dificuldades: a) o pagamento dos dias de greve, que se fosse conseguido teria significado a vitória completa do movimento; b) a libertação dos presos devido à greve; c) a promessa de não perseguir os grevistas, nas fábricas. Enquanto não se atingissem essas reivindicações não era possível voltar ao trabalho. O Governador servindo de intermediário, fez realizar uma reunião nos Campos Elíseos na qual não se chegou a um acordo completo e nada foi assinado. Foi convocada, no entanto, gente dos jornais, rádio e cinema, houve discursos e homenagens e no dia seguinte anunciava-se por todos os meios de publicidade que a greve havia terminado. Um último esforço se fez preciso, para impedir um fracasso que seria a volta ao trabalho sem nenhuma garantia, a não ser a sentença do dissídio coletivo. Intensificaram-se os piquetes, foi-se buscar os operários dentro dos locais de trabalho de volta à greve. Os patrões, aproveitando a confusão criada, recusavam-se a enviar delegados credenciados para assinar o acordo, esperando o esgotamento total do movimento. Tal não se deu; os trabalhadores deixaram as fábricas e em suficiente maioria mantiveram-se

firmes até o final. Obrigou-se desta maneira o patronato a ceder, após o prolongamento inútil da paralização do trabalho por mais uma semana, que serviu no entanto de ensejo para uma demonstração magnífica de força e combatividade da classe operária paulista. O acordo conseguido, embora apenas tenha satisfeito parcialmente as nossas reivindicações, não deixou de ser um êxito. Libertaram-se os presos grevistas, garantiu-se o aumento de 32% (com o compromisso de não apelar da sentença do TRT), prometeu-se não perseguir os grevistas. Os dias da greve não foram pagos, mas garantiram-se vales e pagamento das férias em dinheiro.

Conclusão: As greves de março-abril deste ano tiveram um duplo significado para a classe operária brasileira. Em 1º lugar, a demonstração prática da eficiência da luta ativa pelo melhoramento das condições de vida, o que significa um largo passo no caminho da aquisição de consciência de classe. Em 2º lugar, a conquista, pelo menos temporária do direito de greve, em S. Paulo e talvez no Brasil. Em suma criou-se um novo ambiente dentro da fábrica: operários de cabeça erguida, cõscios de sua força, dispostos a afrontar novas lutas com vigor e coragem. Travou-se uma grande batalha da luta de classes, de profundo conteúdo socialista, coroada com uma vitória proletária, que é preciso fazer justificar."

ANEXO 9

"DOCUMENTO APRESENTADO À V CONVENÇÃO NACIONAL DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÔMICA DO PAÍS PELO DELEGADO DA BAHIA, PROF. HERMES LIMA."

(Hermes Lima, mimeografado, 1953)

"A situação econômica e social do Brasil de hoje evidencia que nosso país necessita de uma série de medidas estruturais destinadas a prepará-lo para conquistar um nível superior de produção e de progresso. Esse nível superior de produção e de progresso acha-se comprometido entre outras deficiências pelo atraso de nossa estrutura agrária; pela falta de combustível e de energia; pelo mau sistema de transporte terrestre e marítimo; pela ausência de indústrias químicas; pelas falhas do ensino em todos os graus; pela ausência de sistema bancário à altura das tarefas do nosso desenvolvimento.

Não há dúvidas que nosso desenvolvimento econômico será no sentido de sua industrialização porque a) possuímos já população suficiente para a formação de um grande mercado interno (somos o oitavo país do mundo em população); b) possuímos grandes reservas de minérios básicos da industrialização. Nosso sub-solo ainda é muitíssimo pouco conhecido. Apesar disso, sabemos já que nossas reservas de minério de ferro e manganês, que simultaneamente raramente ocorrem, são enormes; que existe petróleo. Nossos depósitos de minério de ferro de alto teor avaliam-se em 30 bilhões de toneladas. O carvão explorado não é bom. Porém, há fortes indícios da existência de jazidas em outros pontos do território nacional, como na região do Xingu e sul do Piauí e Maranhão. Em águas mínimas, nosso potencial hidráulico é avaliado em 15 milhões de Kw, em 30 milhões se retidas as águas de enchente. Mais de metade desse potencial encontra-se no sul do país.

Possuímos indiscutivelmente condições para imprimir à civilização brasileira o caráter industrial expressivo das civilizações mais adiantadas. O Brasil, entretanto, é ainda um país subdesenvolvido, pois sua renda anual per-capta não vai além de aproximadamente 140 dólares, embora em certas regiões como São Paulo ela alcance já a casa dos 400 dólares, nível não inferior ao da França e da Itália. Quem conhece o país, o atraso de sua agricultura, o estado social do grosso de seus habitantes, sabe perfeitamente que

o Brasil ainda é um país atrasado.

A economia brasileira organizou-se tradicionalmente como economia de exportação de matérias primas e produtos tropicais. O capital estrangeiro, em função do seu interesse nas exportações, financiou boa parte dos transportes e da produção de energia. Mas, hoje, o fluxo desse capital para investimentos básicos cessou, porque mudaram os termos do nosso desenvolvimento econômico. Tendo o mercado interno crescido, começou, por isto mesmo, a oferecer possibilidades de industrialização e de negócios comerciais de alta rentabilidade imediata. Os financiamentos básicos como transporte e energia, de rentabilidade muito mais baixa e mais demorada, porque sujeitas a tarifas relativamente estáveis, passaram a não oferecer maior interesse nem aos investidores estrangeiros nem aos investidores nacionais. Negócios de gordos e rápidos lucros exasperaram, desse modo, o apetite dos investidores. É significativo, a esta luz, que o capital privado americano (capital privado é constituído de dinheiro, maquinismos e patentes) de 1945 a 1951 investiu no Brasil 280 milhões de dólares e só de lucros transferidos, no mesmo período, rendeu 338 milhões de dólares, além de haver permitido às empresas reinvestimentos substanciais.

Por outro lado, do ponto de vista da economia nacional, temos de assinalar os dois seguintes importantes fatos: a desigualdade dos níveis de renda e a existência correlata de uma superestrutura suntuária. Realmente, ao lado de uma minoria de industriais, fazendeiros de café e intermediários, que ganham os mais altos lucros do mundo, a tal ponto que, lucro industrial ou comercial de 20% é considerado entre nós pouco interessante, vegeta uma massa cada vez mais numerosa de gente pobre, sobretudo nas zonas rurais. A minoria rica não tem hábitos de poupança, nem sentimento da missão social que o capital por ela detido teria de desempenhar em nosso desenvolvimento econômico. O luxo, a ostentação, o desperdício campeiam.

Por sua vez, esses hábitos de consumo hedonístico empolgam também, nas grandes cidades, numerosos núcleos da classe média e do funcionalismo. Tudo isto explica a atmosfera de "golpes" e corrupção que, de alto a baixo, constitui uma das mais deploráveis características de nossa atualidade. Uma vida artificial corre no país, uma vida sem correspondência na sua estrutura produtiva, e que, ao mesmo tempo, constitui o privilégio de minorias protegidas pela posição política ou social.

O Brasil precisa, entretanto, encarar as tarefas de

seu desenvolvimento econômico, precisa industrializar-se, precisa valorizar suas riquezas. Do que acima ficou dito, concluiu-se que o desenvolvimento econômico do nosso país tem de ser planejado e liderado pelo Estado. A iniciativa privada não está aparelhada para liderar essa tarefa por várias razões entre as quais destacaremos as seguintes: a) seu interesse em realizar esse desenvolvimento está em função direta do lucro a ser obtido, de onde a estreiteza de sua visão e as limitações de suas possibilidades; b) um dos pontos capitais da política de desenvolvimento é a reforma agrária e não há notícia de reforma agrária realizada pela iniciativa privada; c) a iniciativa privada tanto estrangeira quanto nacional está ligada a um esquema de ação capitalista que a subordina, acima de tudo, a investimentos para lucros, e lucros imediatos.

É preciso considerar que a iniciativa privada só liderou o desenvolvimento econômico naqueles países em que esse desenvolvimento se processou concomitantemente com a Revolução Industrial. Nos países sub-desenvolvidos como o Brasil, a Índia e a China, países que ficaram para trás da Revolução Industrial, ocorrem condições que fazem o respectivo desenvolvimento depender preliminarmente da ação do Estado, tais as transformações substanciais indispensáveis a esse desenvolvimento.

Em primeiro lugar, os países industrializados tendem a colocar a economia dos países sub-desenvolvidos como complementar da economia deles. Estes países são guardados como fornecedores de matérias primas, como mercados consumidores de produtos manufaturados, como áreas integrantes da economia de potências financeira e industrialmente adiantadas e ricas.

Eis um fato significativo da economia sub-desenvolvida dos países da América Latina apontado na recente conferência da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) pelo secretário executivo, o economista Raul Prebisch: 'Tomemos o caso bastante significativo dos Estados Unidos, cujas importações, em sua maior parte, constituem-se de produtos primários, comparando-as com as importações da América Latina procedentes de países desenvolvidos e nas quais prevalecem, desde logo, os artigos manufaturados ou semi-faturados. Observe-se agora o contraste: para cada um por cento de aumento de renda dos Estados Unidos, a procura de importações tende a aumentar em 0,66 por cento; enquanto que para cada um por cento da renda latino-americana, a procura de importações tende a aumentar em 1,8 por cento, se julgarmos pela experiência recente'. E conclui: 'É obvio que a América Latina não poderia suportar o desequilíbrio persistente em seu comércio exterior que este

fenômeno acarretaria. O dilema é, por conseguinte, simples: ou se desenvolve menos intensamente para manter o equilíbrio, ou se introduzem transformações estruturais, substituindo por produção interna as importações que não sejam realizáveis na medida necessária para continuar ou acelerar o crescimento da economia latino-americana'.

Na fase atual, o desenvolvimento econômico do nosso país apresenta duas tarefas básicas: industrialização e reforma agrária.

Ambas essas tarefas desdobram-se em problemas típicos de seu desenvolvimento. De modo que ao Partido Socialista Brasileiro caberia a formulação das linhas gerais da política para enfrentar esses problemas, pois a solução deles importa, como premissa fundamental, à implantação da ordem socialista no país.

Desde logo é mister advertir que a ordem socialista não pode realizar-se sem que o volume da riqueza nacional aumente e sem que sua repartição seja justa. Não pode a riqueza constituir-se em base da divisão da sociedade nacional em duas grandes classes com interesses antagônicos. Onde há antagonismo econômico, o conceito de liberdade é diferente de classe para classe.

As próprias medidas de benefício e interesse social para o trabalhador reclamam urgente aumento da renda nacional. Com uma renda per-capita inferior, com inferior nível de produtividade, especialmente agrícola, aquelas medidas não se tornarão mais extensas e efetivas nem se transformarão um dia na ordem social que almejamos. As medidas de benefício social têm seu preço e esse preço está relacionado com o progresso industrial e o teor de produtividade.

* * *

A primeira conclusão a tirar das considerações acima expostas é que há no momento atual, uma etapa a percorrer típica do nosso sub-desenvolvimento do país que precisa industrializar-se e necessita elevar seu nível de produtividade e de consumo.

A segunda conclusão é que as tarefas organizatórias indispensáveis à superação dessa etapa devem ser lideradas pelo Estado. Deve o Estado tomar resolutamente a iniciativa das medidas indispensáveis à promoção da nossa industrialização e do nosso progresso agrícola. A estrutura sobre a qual repousará nosso desenvolvimento econômico geral deve ser orientada pelo Estado e realizada diretamente por ele sempre que o interesse desse desenvolvimento assim o exigir.

Seja-nos permitido desenvolver rápidas considerações sobre a posição do Estado em face das exigências do desenvolvimento econômico num país sub-desenvolvido como o Brasil, e de algumas dificuldades fundamentais que o Estado terá de enfrentar.

'Em países como o Brasil, torna-se extremamente difícil, senão impossível, ao governo preencher o papel que inegavelmente lhe cabe na formação de capital, sem ao mesmo tempo modificar fundamentalmente a estrutura econômica herdada do passado. Essa estrutura se baseia em um regime de exploração da economia rural pela economia urbana, dos que dispõem apenas de seu próprio trabalho pelos que possuem espírito de empresa, propriedade de bens capitais e imobiliários, de exploração dos produtores em geral pelos comerciantes e exportadores, nacionais e estrangeiros, domiciliados no país. Uma estrutura econômica dessa ordem tende naturalmente a perpetuar-se na base de uma depreciação constante da moeda, efetuada internamente pela inflação crônica e externamente pela constante desvalorização cambial. Isto tem impedido a formação no Brasil de uma classe consciente de seu papel histórico, seja no próprio desenvolvimento do capitalismo seja no desenvolvimento de um espírito verdadeiramente democrático. A inflação crônica concorreu para que houvesse uma disparidade cada vez maior na distribuição da renda, assim como para que se transferisse à propriedade imobiliária a função de depósito de valor normalmente atribuída à moeda. A desvalorização cambial, promovendo as exportações, orientou para o exterior as potencialidades de expansão do mercado interno, e aliando-se a um persistente movimento ascendente de preços, tornou tradicional a obtenção de lucros excessivos pelos comerciantes e exportadores, relativamente aos salários e às remunerações pagas à mão-de-obra e aos outros fatores de produção. Perpetuou-se o sistema social baseado na monocultura e conducente a concentração da riqueza e da renda na mão de um número reduzido de indivíduos, assim como a aplicação de poupanças relativamente volumosas em investimentos de preferência lucrativos em vez de produtivos.

Ao tentar elevar a taxa de formação de capital, deve o governo brasileiro procurar, internamente, desviar mão-de-obra, poupanças capitalizáveis e recursos naturais até então empregados na produção de bens de consumo restrito e de riqueza suntuária, para a produção da maquinaria necessária ao reequipamento das utilidades públicas, a mecanização da lavoura e ao aparelhamento das indústrias básicas. Externamente, deve o governo procurar utilizar a maior parcela possível dos meios de pagamento obtidos no exterior,

seja pela venda das exportações seja por empréstimo ou investimento direto, na aquisição de bens e serviços que venham concorrer mais intensamente para aumentar o estoque de capital.

Procurando desse modo transformar a estrutura econômica herdada do passado, terá o governo certamente de exercer controles sociais visíveis sobre as forças do mercado. Ao exercer tais controles terá igualmente de interferir na liberdade de escolha do consumidor e na livre iniciativa da empresa estrangeira ou nacional, seja pela manipulação indireta, monetária, fiscal ou tarifária, das forças do mercado, seja pelo exercício de coerções diretamente aplicadas sobre os preços e as quantidades dos bens e serviços internamente produzidos ou importados. Pelo exercício da política fiscal, orçamentária, monetária, tarifária, cambial e financeira, suplementadas possivelmente pelo controle de preços e salários, assim como por meio de restrições quantitativas de importação e subsídio de exportação, e pelas várias formas de racionamento interno, pode o governo repartir mais adequadamente a renda nacional e, ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento econômico do país, pela formação de poupanças internas e externas e sua aplicação programada nos setores da produção para o mercado interno, de exportações para o pagamento da dívida externa ou de importações impossíveis de serem produzidas internamente sem decréscimo de eficiência em outros setores da produção ou aumento de pressão inflacionária proveniente da emissão desordenada de crédito bancário.

Para o exercício adequado dessas atividades normativas, terá o governo certamente de restringir o consumo supérfluo dos ricos e aumentar o consumo essencial dos pobres, por meio de políticas fiscais e salariais complementares, assim como de reorientar, por meio de empréstimos e depósitos forçados, para empregos mais produtivos, as poupanças ora investidas em atividades altamente lucrativas; terá de selecionar a qualidade e a aplicação do capital estrangeiro, de promover exportações que aumentem a capacidade de importar do país, de selecionar as importações reduzindo ao mínimo as importações de bens de consumo, de promover a produção interna e de bens e serviços, que ora se importam do exterior, desde que essa substituição possa ser feita sem ruptura de equilíbrio ou aumento de desequilíbrio inflacionário ou deflacionário; de controlar o meio circulante e o volume de depósitos bancários seja pelo ajustamento do nível tributário seja pelo exercício do crédito seletivo, tendo sempre em vista a estimativa dos lucros, a estatística dos salários e o registro de falências. Caberá ao governo

principalmente estimular inversões nos setores da produção onde essas inversões sejam normalmente baixas, em virtude do fato de que as perspectivas de lucros não sejam animadoras do investimento privado.

Ao realizar essa tarefa de empreendedor do desenvolvimento econômico do país deverá o governo ter em mente o obstáculo proveniente da escassez de pessoal habilitado a promover esse desenvolvimento. Como a qualidade do funcionalismo adequado à promoção do desenvolvimento é, em grande parte, função desse desenvolvimento, a criação desse funcionalismo altamente capacitado é em si mesmo uma das tarefas mais difíceis na programação de desenvolvimento pelo Estado. Só a ação administrativa acertada consegue melhorar a administração, de vez que se necessita de boa administração para corrigir a má administração. Esse é um dos obstáculos mais sérios à ação do governo como empreendedor. Mas outro obstáculo não menos sério provém do fato de que o governo, por seu lado, se origina da vontade política da comunidade, a qual provém da distribuição de poder entre as classes sociais cujos interesses particulares nem sempre condizem com as normas puramente técnicas que presidem à feitura de planos e programas de investimento com o feito de desenvolver economicamente o país e beneficiar a coletividade como um todo.

Deverá, por fim, o governo ter em mente, ao tomar medidas tendentes a elevar ao máximo o ritmo de expansão da economia, a falta das condições de saúde e de educação imprescindíveis à programação acelerada do desenvolvimento econômico do país. Não resta dúvida que essas condições no caso brasileiro se verificam em proporção maior do que em vários países que se achavam nivelados ao Brasil há trinta ou quarenta anos passados.

* * *

a) O Partido entende que há uma política de base, decorrente da atual situação do Brasil como país sub-desenvolvido, a ser realizada sob a liderança do Estado; a) que essa política de base consta essencialmente de dois itens: industrialização e reforma agrária; c) que essa política de base deve corresponder, antes de tudo, à elevação do nível de vida do povo, de sua capacidade de produção e consumo; d) que essa política de base constitui uma etapa na marcha do socialismo em nosso país; e) que nessa política de base um importante papel está reservado à iniciativa privada desde que verdadeiramente orientada para investimentos de natureza predominantemente produtivos.

Em consequência, deve o Partido Socialista Brasileiro: a) agitar e reformular problemas de nosso desenvolvimento básico no Congresso, nas Assembléias Estaduais e Câmaras de Vereadores, de modo a despertar para os mesmos o interesse da opinião nacional; b) organizar comissões incumbidas de estudar e recolher dados de modo a habilitar os representantes do Partido a apresentarem projetos e a sugerirem iniciativas ligadas ao desenvolvimento básico do país; c) não os tendo próprios, só apoiar candidatos a postos executivos na União, nos Estados e Municípios que se acharem integrados nas diretrizes da política do nosso desenvolvimento básico; d) levar ao povo e, de modo especial, às massas sindicalizadas o conhecimento das questões gerais do nosso desenvolvimento econômico básico, de modo a criar-se poderosa consciência a favor desse desenvolvimento e de sua liderança pelo Estado; e) promover conferências regionais sobre questões regionais do desenvolvimento econômico do Brasil."

* * *

(CPDOC/FGV. Ref HL 53.07.10 (?)
C

ANEXO 10

(DAS ATAS DA V CONVENÇÃO NACIONAL DO PSB)

(PSB. V Convenção Nacional. São Paulo, ZOZ - Escritório Técnico Taquigrafia. Dat, 1953)

"O SR. FEBUS GIKOVATE - Companheiro presidente e companheiros convencionais. A Comissão Política, reunida ontem à noite e hoje pela manhã, depois de estudar os documentos diversos apresentados a esta Convenção e depois de discutir amplamente os pontos de vista e as formulações feitas nesses documentos, chegou a formular um documento que é uma sùmula daqueles apresentados e das idéias discutidas, documento esse que logrou aprovação unânime de todos os membros da referida Comissão, sem restrição de qual quer espécie de qualquer dos membros. É este o documento que passo a ler.

"O Brasil não só é um país em que predomina o sistema capitalista de produção, mas, dentro desse sistema, é um país subdesenvolvido. Desses fatos decorre a tradicional organização da economia brasileira como economia de exportação de produtos tropicais e matérias primas e, portanto, uma economia apenas complementar de economias estrangeiras adiantadas e industrializadas.

A pressão dos interesses econômicos estrangeiros, visando manter o Brasil nas condições de país subdesenvolvido, encontrou um aliado nas atuais classes dominantes, interessadas apenas em investimentos de alta rentabilidade imediata e não em investimentos de base, capazes de permitir ao país a superação da atual fase de atraso econômico.

As condições de país subdesenvolvido acarretam a desigualdade dos níveis de renda e a existência correlata de uma superestrutura suntuária. Realmente, ao lado de uma minoria de industriais, fazendeiros de café e intermediários, que ganham os mais altos lucros do mundo, a tal ponto que, lucro industrial ou comercial de 20% é considerado entre nós pouco interessante, vegeta uma massa cada vez mais numerosa de gente pobre, sobretudo nas zonas rurais. A minoria rica não tem hábitos de poupança, nem sentimentos da missão social que o capital por ela detido teria de desempenhar em nosso desenvolvimento econômico. O luxo, a ostentação, o desperdício campeiam.

As modificações que se processaram no decurso da primeira e segunda guerras mundiais e as conseqüentes alterações ocorridas nos mercados mundiais, condicionaram o início do desenvolvimento industrial do País em bases empíricas. Papel relevante desempenhou ainda o alto custo da nossa produção agrícola, motivada pelo atraso da nossa economia agrícola, dificultando a exportação e, conseqüentemente, a importação de produtos manufaturados.

O nosso desenvolvimento econômico, no sentido de sua industrialização, conta com fatores positivos objetivos porque:

a) possuímos já população suficiente para a formação de um grande mercado interno (somos o oitavo país do mundo em população);

b) possuímos grandes reservas de minérios básicos da industrialização;

c) as nossas reservas de ferro e manganês são enormes;

d) existe petróleo;

e) o nosso potencial hidráulico é avaliado em 15 milhões de Kw em águas mínimas.

Mas o nosso desenvolvimento industrial tem se processado lenta e desordenadamente. Falta-lhe a base sólida de uma infraestrutura fundamental. A indústria de bens de consumo não dispõe de uma correspondente indústria de bens de produção. A indústria pesada ainda está na infância. Ainda dependemos do exterior quanto a matérias primas e instalações industriais. O mercado interno ainda está restringido pela ausência de uma reforma agrícola. A energia é escassa, cara e, em grande parte importada ((combustíveis líquidos). A deficiência de capitais de reserva é catastrófica.

Todos esses fatores condicionaram uma agudização da crise econômica sem precedentes. Crise ainda agravada pela inépcia administrativa e pela corrupção generalizada não só nos meios governamentais como em todos os setores de atividade das classes dominantes, especialmente pelo processo inflacionário crônico e progressivo que, de um lado, favorece a especulação e a aventura, e, de outro, acarreta, de modo particular para os trabalhadores e a classe média, o alto custo de vida.

A crise econômica, política e social que atravessamos não tem solução nos quadros do atual regime. As medidas indispensáveis para a sua superação não podem deixar de ferir os privilégios das atuais classes dominantes e, mais ainda, os das cliques

atualmente no poder.

O desenvolvimento econômico brasileiro tem de ser necessariamente planejado e dirigido pelo Estado, livre das injunções das atuais classes dominantes e orientado no sentido de beneficiar o povo; através da elevação de seu nível de vida, como de decorrência do aumento da produtividade e da capacidade aquisitiva. Mas o desenvolvimento econômico planejado do nosso país há de verificar-se por etapas, iniciando-se por aqueles setores de que dependem organicamente as transformações estruturais almeçadas e a produtividade do trabalho nacional. São sobretudo os setores da energia, dos transportes, da indústria siderúrgica, da indústria de máquinas e equipamentos e o setor da reforma agrária. Uma ação governamental conjugada deve, com audácia e lucidez, concentrar-se nesses pontos básicos do nosso desenvolvimento, pois, de sua solução depende a elevação do nível dos brasileiros e, especialmente, da classe média e dos trabalhadores da indústria e do campo.

A etapa a percorrer no momento atual, peculiar ao subdesenvolvimento do nosso país, que precisa industrializar-se e elevar seu nível de produtividade e de consumo, poderá processar-se em moldes democráticos, sem recorrer a meios ditatoriais de cerceamento da liberdade e degradação da dignidade humana, mediante programa de ação imediata:

I - Reforma agrária baseada nos princípios e objetivos que a V Convenção Nacional do Partido Socialista acaba de adotar e que constituirão parte integrante do presente programa de ação imediata.

II - Reforma bancária baseada nas seguintes medidas:

- a) Lei bancária
- b) Banco Central do Estado
- c) Banco Hipotecário Agrícola e Industrial
- d) Transformação do Banco do Brasil em Banco Comercial e de Exportação e Importação.

III - Nacionalização das fontes básicas de energia (eletricidade, petróleo e carvão). Planejamento da utilização das fontes básicas e de energia no sentido de permitir a industrialização do país através do fornecimento de energia abundante e barata.

IV - Recuperação e ampliação do sistema de transportes ferroviário, fluvial e aéreo, visando assegurar transporte barato e eficiente para a produção agrária e industrial.

V - Planejamento do desenvolvimento industrial, nos setores básicos, com a participação do capital nacional e estrangeiro em condições de igualdade, impedindo a formação de monopólios.

e a evasão de capitais, mediante legislação adequada.

VI - Mobilização dos recursos necessários para a execução dos itens I, III e IV através de taxaço forte e progressiva, dos rendimentos das pessoas físicas, superiores a 500 mil cruzeiros anuais e da herança.

VII - Defesa intransigente das liberdades democráticas, da mais ampla liberdade de crenças religiosas, filosóficas, da liberdade de locomoção, de reunião, de associação e de manifestação da palavra falada, escrita e irradiada; destruição dos monopólios de imprensa e de rádio, abolição dos favores oficiais às empresas jornalísticas.

VIII - Liberdade e autonomia amplas dos sindicatos; direito de greve; aperfeiçoamento e aplicação da legislação trabalhista de modo a assegurar-se o rigoroso e efetivo cumprimento dos seus dispositivos.

IX - Moralização severa da administração pública e racionalização da mesma; abolição dos privilégios contrários aos interesses da coletividade (participação em multas, cotas-partes etc.); luta contra a corrupção.

X - Rigorosa política de austeridade nos gastos públicos e privados, repressão à especulação imobiliária; racionamento drástico das utilidades supérfluas ou de luxo das classes privilegiadas.

XI - Manutenção de relações diplomáticas e comerciais com todos os países soberanos, em condições de igualdade absoluta; revogação dos tratados diplomáticos e comerciais lesivos à soberania e a economia do país; participação ativa na luta pela manutenção da paz nos quadros da ONU.

Esse programa não é um programa socialista. As suas premissas fundamentais - a industrialização do país e a reforma agrária - beneficiarão todo o povo e só registrarão os privilégios excessivos das atuais classes dominantes, contrários ao interesse geral. Em sua realização estão interessados todos aqueles que desejam o desenvolvimento do país em benefício de toda a população e não o atraso atual de que se completa uma minoria egoísta e voraz. Esse programa assegurará a independência econômica do país e sua libertação da exploração do capital imperialista, aliado aos latifundiários e a uma parte da burguesia nacional.

O Partido Socialista Brasileiro, reunido em Convenção Nacional, na cidade de São Paulo, em 10, 11 e 12 de julho do corrente ano, lança um apelo à Nação no sentido de constituir uma FRENTE DEMOCRÁTICA que inscreva em sua bandeira o programa de

reforma agrária e da industrialização do país, acima consubstanciado. O Partido Socialista Brasileiro dirige-se indistintamente a to dos os partidos democráticos, a todas as organizações e grupos po líticos, a todos os homens amantes do progresso, da libertação eco nômica e do bem estar do nosso povo, a todas as forças progressis-tas e os convida a participar da organização da FRENTE DEMOCRÁTICA pela REFORMA AGRÁRIA e INDUSTRIALIZAÇÃO DO PAÍS.

O Partido Socialista Brasileiro conclama o povo, os trabalhadores da indústria, do comércio e do campo, os intelectu-ais e a classe média a organizar desde já núcleos da FRENTE DEMO-CRÁTICA pela refroma agrária e industrialização do país."

(Sessão realizada em 12.07.1953, pp.7/7e)

"RESPONSABILIDADE DOS SOCIALISTAS"

João da Costa Pimenta

(Folha Socialista, 05/05/1954)

"De conformidade com a norma democrática seguida pelo Partido Socialista, publicamos nesta secção, pontos-de-vista não adotados oficialmente pelo Partido. O documento que ora publicamos lido pelo companheiro J. da Costa Pimenta, na Convenção Regional não foi adotado pelos convencionais mas deve ser divulgado pelo seu elevado teor político, como opinião respeitável da minoria."

"A responsabilidade desta Convenção é, pode-se dizer, histórica. As decisões que nela serão tomadas repercutirão não apenas no maior ou menor número de votos que a legenda socialista obterá, mas também no futuro desenvolvimento partidário, seja do ponto de vista ideológico, seja organizatório. Por essa razão, antes que uma simples intervenção improvisada ao calor dos debates, faz-se mister uma análise fria e objetiva das atuais condições do partido e políticas gerais do Estado, a fim de que nossa decisão possa ser a mais adequada não tanto aos nossos desejos e objetivos, mas sim à tarefa histórica que, como Partido Socialista, devemos desempenhar.

Desde sua fundação, o Partido Socialista assistiu ao entrelaço de duas correntes que buscavam, animadas do mesmo desejo de fazer crescer os quadros partidários, caminhos diferentes para atingir seu desideratum. De um lado, alinhavam-se aqueles que, de tradição política liberal, eram de posição que o partido somente seria um grande partido no momento em que dispusesse de um significativo número de representantes no Senado, na Câmara dos Deputados, nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras Municipais. Para atingir esse fim, várias foram as ocasiões em que, aqui em São Paulo, desconhecendo as advertências dos companheiros mais experimentados, o partido entrou em alianças eleitorais que depois se revelaram totalmente inúteis e contraproducentes. Várias foram, também as ocasiões em que, eleitos os representantes, assumiram eles posições contrárias às diretrizes fundamentais da organização, levando essa a expulsá-los de seu quadro a fim de salvar perante a opinião

pública o seu decoro. A experiência parece de nada ter adiantado para os dirigentes responsáveis do partido que partilhavam dessa o pinião de que o futuro e grandeza do partido dependiam do número de deputados nas Câmaras. De nenhum deputado na primeira Assembléia que se reuniu em São Paulo em 1947, o partido passou a contar com dois votos na segunda, que iniciou seu mandato em 1951. Nem por isso, entretanto, o Partido Socialista cresceu como Partido, isto é, como uma organização estruturada, capaz de defender nas assembléias e nas praças públicas os seus pontos de vista. Da mesma forma, o contarmos agora com dois vereadores em São Paulo, ao invés de um, como na primeira quadra da vida democrática, em na da contribuiu para a consolidação da organização e para a formulação de uma nova ideologia e uma nova política.

A verificação desse fato - que não é difícil de ser feita - não contribuiu em nada para modificar a posição desse grupo de companheiros, que ainda hoje, quando a conjuntura econômica-social e política do país exige uma formulação clara dos problemas nacionais, que só pode ser feita mediante o estudo aprofundado da realidade brasileira em outros termos que os eleitorais, timbram em defender uma tese que o movimento operário e socialista internacional de maior experiência e vitalidade que nosso já considera ultrapassada e inócua.

Dê outro lado, alinham-se aqueles companheiros que sustentam que o crescimento do partido não deve estar subordinado ao número de votos que se obtém numa eleição nem se deve medir pelo número de deputados e representantes eleitos. Para esses companheiros, o partido não é uma simples repartição burocrática, onde os diretórios se reúnem uma vez por semana para deliberar sobre assunto de expediente, tendo como única e primordial tarefa a disputa de cargos públicos eletivos. A participação do partido na vida eleitoral do país é, não há como negar e desconhecê-lo seria dar prova de total desconhecimento dos objetivos do movimento socialista, uma das tarefas a que nos devemos empenhar, em virtude mesmo do caráter democrático do regime em que vivemos. Mas essa tarefa não é a única, nem a principal, e assim sendo não deve absorver, já não dizemos a tarefa dos militantes, mas sim o seu modo de pensar, quando chamados a decidir problemas de capital importância. Embora acreditemos que nossas palavras, como já aconteceu no passado, não encontrem repercussão, nunca é demais repetir que o crescimento do partido em função de princípios eleitorais leva, fatalmente, a confundir nossa organização com os partidos burgueses e é meio mais fácil de abrir as portas do movimento operário para aqueles que, aproveitando-se da tradição socialista, procuram fazer sua

própria e pessoal carreira. Duras que sejam essas palavras, os companheiros sabem que fatos dessa natureza já se verificaram no partido, e que por várias vezes as direções partidárias já foram chamadas a se pronunciar sobre a conduta menos partidária de vários de seus representantes. Esse não é o único perigo e nem o maior. Porque, se o carreirismo pode ser punido e o oportunista expulso, o mesmo não pode ser feito com a mentalidade que passa a dominar o partido quando ele se organiza em torno de esquemas eleitorais. Quando isso se verifica - e esse fato já é objetivamente constatável no partido socialista - o deputado, o senador, o vereador deixam de ser intérpretes da opinião dos órgãos partidários e passam a desempenhar um papel que tende a dissolver os liames da disciplina partidária, falando nas várias oportunidades já não mais como o simples militante de base ou dirigente, mas como o deputado, e como tal influenciando nas decisões políticas de maior importância. Quando a convenção nacional decidiu alterar os estatutos partidários para permitir que os deputados e demais representantes tivessem assento como delegados natos às convenções desferiu golpe de morte no princípio da igualdade democrática de todos os militantes, obrigando uns a submeterem-se ao exame crítico de seus companheiros para poder ter direito de voto numa convenção, enquanto outros, por circunstâncias alheias ao seu devotamento à causa partidária e do socialismo, pelo simples fato de falarem em nome do partido nas Câmaras Legislativas, a essas convenções podem comparecer sem passarem pelo crivo das eleições internas.

Esse mal - vale dizer, a predominância do pensamento liberal buguês na organização do partido operário e socialista - debilita nossa organização. E essa situação de conflito entre duas posições antagônicas, representando princípios diametralmente opostos, agravou-se após as eleições de 22 de março, quando sentindo os primeiros bafos do poder, vários companheiros tomaram Roma pelo Mundo, e julgaram que o caminho da marcha ascensional do partido estava traçado e não poderia, em circunstâncias nenhuma, ser movido. Novamente esses companheiros se esqueceram de que a vitória eleitoral de 22 de março atraiu para o partido, ainda débil e incapaz de opor uma barreira salutar aos oportunistas, um grande número de pessoas que vinham em busca da vantagem que a sombra do poder pode oferecer. Novamente esses companheiros esqueceram-se de que, em virtude dessa corrida, o partido não cresceu como órgão representativo da classe operária e do socialismo, mas tão apenas como um mero organismo eleitoral, como uma repartição burocrática.

Não adiantará nos alongarmos mais na análise dessa situ

ação, que é já do conhecimento daqueles companheiros que ainda não se deixaram cegar pela perspectiva de uma legenda socialista com cem mil votos. Se a fizemos assim longa - e não era nossa intenção - é porque a decisão que hoje somos chamados a tomar exigia, antes de mais nada, um exame da situação geral do partido, a fim de ver quais as proposições que deveríamos votar e quais as que deveríamos recusar. O Diretório Regional, usando de suas atribuições, convocou-nos hoje para ratificar ou rejeitar a indicação do Sr. Jânio Quadros para concorrer às eleições estaduais como nosso candidato. Mesmo antes do debate em torno dessa indicação ser travado, os companheiros convencionais têm consciência de que o partido, mais que em outras circunstâncias, encontra-se dividido frente à decisão a tomar. Para uns, a ratificação da decisão do Diretório Regional será a pedra de toque que permitirá ao partido ganhar as massas numa profundidade até hoje não alcançada, atraí-las para nossa legenda, permitindo assim, que o sonho dos cem mil se torne realidade. Para outros, a ratificação dessa decisão será o "De Profundes" do partido, que abdicará de seus princípios e negará sua condição mesma de partido socialista.

Não há negar o quanto é ponderável o argumento dos primeiros. Cem mil votos legislativos darão ao partido a oportunidade de fazer de quatro a cinco deputados estaduais e dois federais. Essa bancada parlamentar poderá, então, projetar ainda mais longe o nome do partido, defender com mais ardor suas posições e contribuir assim para o crescimento da organização. Mas, é preciso também não deixar de reconhecer que assiste, de certa forma, razão aos companheiros que se opõem à candidatura Jânio Quadros, na medida em que a desmedida ambição de poder que caracteriza o atual Prefeito de São Paulo não é nenhuma garantia segura para o partido. Entretanto, a gravidade da decisão e nossa consciência de socialistas exigem que votemos após considerações ditadas por outros sentimentos que a miragem dos cem mil, ou o caráter do candidato. A nosso ver, fosse o partido uma organização diferente da que é, a única saída consuetânea com nossas posições seria o apoio ao Prefeito, a fim de que, graças a ele, pudessemos aumentar nossas forças e reforçar a trincheira democrática e socialista contra a reação. Entretanto, nós somos o partido que somos, impregnados de uma mentalidade eleitoral e não revolucionária, preocupados mais com pequenos problemas táticos do que com a estratégia da luta global pelo socialismo. A nosso ver, os 100 mil votos, nas atuais circunstâncias em que um representante do partido se permite atirar à face de um órgão dirigente um convite para comparecer perante ele a fim

de dar explicações sobre sua conduta na Câmara, os 100 mil votos, hoje, repetimos, significarão a consagração do espírito da intocabilidade do deputado pelos organismos dirigentes, o fim daquela pouca consciência ideológica que possuímos, a tomada do partido pela mentalidade do poder. Além do que, obtidos os 100 mil votos e que são o único argumento ponderável em prol ao apoio ao Sr. Janio Quadros - ver-se-ia o partido assaltado, em escala ainda maior, pelos que pretendem dele fazer um trampolim para suas ambições, o que significaria, definitivamente, o fim de nossa organização como órgão representativo da luta pelo socialismo. Por essas razões, não votaremos a favor da indicação do Sr. Janio Quadros.

Só nos restaria, assim, partilhar ao lado daqueles que combatem a candidatura Janio Quadros. Isso faríamos se eles nos apontassem uma solução capaz de, ao mesmo tempo garantir a preservação daquele espírito sem o qual o partido não pode viver, e representar uma saída eleitoral digna. Entretanto, que solução nos podem eles oferecer? O candidato próprio, em virtude da debilidade do partido, é uma saída que não podemos aceitar. O apoio ao senhor Prestes Maia também é impraticável, porque ligações políticas e seus compromissos com os grupos financeiros o opõem frontalmente à classe operária e ao partido.

Não nos envergonhamos em dizer que, apesar de todos os nossos esforços, não conseguimos encontrar uma saída capaz de, conciliando os princípios com a exigência eleitoral, aglutinar o partido e polarizar as massas trabalhadoras. Não nos envergonhamos, repetimos, porque não temos saída para o Partido Socialista. Empolgado de um lado pela mentalidade da conquista de votos e não de militantes conscientes, e de outro pela psicose de permanecer por mais dez anos um pequeno partido e, não 'uma grande partida' - como diria o companheiro João Mangabeira - o Partido Socialista Brasileiro encontra-se diante de uma crise cuja gravidade não é reconhecida apenas pelos que se recusam a uma análise objetiva da situação. Permanecermos ainda muito tempo um pequeno partido não nos deve atemorizar. Se é certo que não se deve fazer a luta socialista na pressuposição de que o socialismo será para nossos netos, também é certo que não se deve fazê-la com o objetivo de realizar o socialismo a qualquer preço, antes que as condições objetivas do país e do mundo o permitam. O socialismo não é o remédio que nós oferecemos às massas trabalhadoras para que elas se possam curar dos males causados pela burguesia. Ele é uma necessidade histórica e como tal somente será efetivo na medida em que, ajudadas pelo nosso esforço diuturno e consciente, as condições objetivas o

tornem possível. O socialismo realizado através dos esquemas eleitorais é uma abstração de gabinete e tenderá fatalmente a confundir-se com o radicalismo democrático-burguês. Somente a progressiva politização das massas trabalhadoras, a conquista lenta da opinião pública, para nossos princípios, através de nossa participação ativa na luta em prol das reivindicações mais imediatas e sentidas dos trabalhadores, é que os atrairá ao partido, assegurando-lhe um crescimento sadio e orgânico, capaz de permitir-lhe influir, então decisivamente, nos destinos políticos do país. Sem essa estruturação lenta e progressiva, tudo o mais que se fizer redundará: em prejuízo do Socialismo, embora possa ser útil ao partido."

"FRENTE DE AÇÃO DEMOCRÁTICA (*)"

(Folha Socialista, 10.09.1954)

"O desfecho inesperado e dramático da atual crise política, que culminou com o suicídio do Sr. Getúlio Vargas, não abriu, por si só, perspectiva para a solução dos problemas que a motivaram. Embora sido salvaguardada a legalidade democrática e não haja possibilidade para agitações, a não ser as de superfície, a crise econômica, política e social em que nos debatemos poderá a gravar-se ainda mais. Um certo equilíbrio, embora instável, representado pela presença do Sr. Getúlio Vargas no poder, que aparentemente conciliava os interesses da burguesia e dos trabalhadores, foi rompido. O governo que lhe sucede não oferece garantias no sentido de poder impedir, por meios de medidas adequadas, a agudização das contradições e das lutas.

A crise política recente, a solução e as suas consequências imediatas, destacaram com impressionante nitidez a dificuldade fundamental com que se defronta a tentativa de dar à crise geral uma solução adequada. Queremos nos referir ao divórcio, ao abismo praticamente intransponível, que se criou nos últimos anos entre a classe média, compreendendo a assim chamada elite intelectual, e os trabalhadores.

A classe média e a elite intelectual mostram uma sensibilidade, cada vez maior, em relação aos problemas de liberdade política e moralidade administrativa. Os problemas econômicos, tanto no que se refere às reivindicações dos trabalhadores, como no que tange as reformas de base, forçosamente contrárias ao espírito do liberalismo econômico e imbuídas de tendências nacionalistas, chocam-se com a sua posição ou indiferença.

A classe trabalhadora, cujas condições de vida são precárias e que arca com o peso da crise decorrente das condições de país subdesenvolvido; coloca, e com razão, em primeiro plano as suas reivindicações econômicas, continuando, em grande parte, insensível às questões de liberdade política, e moralidade administrativa. Pelas mesmas razões os trabalhadores se mobilizam em torno de um programa nacionalista e anti-capitalista, sem tomar em consideração os seus aspectos anti-democráticos e totalitários.

No recente episódio da crise, esse abismo entre as

duas camadas da população se tornou particularmente nítido. O atentado contra Vaz, teve o dom de mobilizar contra o governo a totalidade da classe média, que via nesse atentado mais uma tentativa de suprimir a liberdade de palavra. As revelações posteriores, emanadas do arquivo do "tenente" Gregório, chocaram profundamente um outro sentimento, a oposição à imoralidade e à corrupção administrativas. As forças armadas, pelos elementos que participaram dos acontecimentos, revelaram o mesmo estado de espírito. Os trabalhadores permaneceram impassíveis, preocupados com a preparação das próximas lutas por aumento de salários. Reagiram violentamente ao afastamento do poder do Sr. Getúlio Vargas, que tomaram como prenúncio de uma política reacionária contra as suas reivindicações.

Esses fatos representam apenas o aspecto aparente do problema. Na realidade, tanto a classe média e a sua elite intelectual, como os trabalhadores, têm sido até agora simples instrumentos de forças econômicas e grupos políticos, cujos interesses lhe são estranhos. Uns e outros ainda não atingiram o grau de maturidade política indispensável para a elaboração de uma ação independente.

Por detrás da classe média e de sua elite intelectual encontram-se forças conservadoras e reacionárias que lutam única e exclusivamente pela manutenção dos seus privilégios de classe. Trata-se da burguesia liberal, representada pela UDN e grande parte do PSD, que somente é liberal na medida em que os seus privilégios não são atingidos e que deixa de sê-lo quando se trata de reivindicações dos trabalhadores, tais como lutas por aumento de salários, direito de greve, participação nos juros das empresas e autonomia sindical. Essa burguesia liberal, aferrada ao conceito de livre iniciativa e sobrepondo os seus interesses de classe aos interesses da Nação, se transforma em aliada do imperialismo e entrave ao processo da liberação econômica do país. Assim, a classe média e a sua elite intelectual, por mais honesta que sejam as suas intenções e por mais generosos os seus impulsos, nada mais foram até hoje do que um simples joguete nas mãos da "burguesia liberal", conservadora, reacionária e anti-nacionalista.

Por detrás da classe trabalhadora, por sua vez, se encontram os agentes aventureiros e os caudilhos que sonham com a instituição de um regime totalitário, do tipo peronista ou semelhante, que permita a formação de uma nova classe privilegiada, a burocracia estatal, dirigente do capitalismo do Estado. Estes cortejam a massa trabalhadora e, ao lado de muita demagogia, lhe dão alguns benefícios reais. Na luta contra a burguesia "liberal" se transformam em campeões de uma política nacionalista e anti-imperialista,

muitas vezes mais aparente do que real. A conquista da massa trabalhadora para uma política totalitária ainda é facilitada pelo grau de desmoralização a que atingiram as instituições democráticas, pela corrupção de muitos de seus membros, explorada habilmente pelos inimigos da democracia. Assim, os trabalhadores, embora convencidos de que estão defendendo os interesses de sua classe, na realidade nada mais fazem do que servir de instrumento para a edificação de um regime de opressão em benefício de uma nova minoria privilegiada.

A situação criada com o afastamento do Sr. Getúlio Vargas do poder é perene de perigos. Desapareceu um fator de equilíbrio, embora instável. Abre-se a possibilidade de uma luta

que levaria inevitavelmente à derrota da democracia. É grande a responsabilidade do novo governo. Maior ainda a responsabilidade das forças armadas que representam fator decisivo nos últimos acontecimentos. Decisivo pode e deve ser o papel do Partido Socialista na atual emergência, na medida em que conseguir eliminar o abismo atualmente existente entre a classe média e os trabalhadores, entre as reivindicações de ordem política e moral e as de ordem econômica.

O programa de ação imediata, elaborada pela V Convenção Nacional do Partido Socialista é uma síntese das aspirações da classe média e do proletariado. Apresenta uma solução para os problemas econômicos, ao mesmo tempo que assegura e amplia as liberdades democráticas. Ainda abre caminho para a libertação econômica do país do jugo imperialista, para o progresso e o bem estar da população. Este programa, o programa de ação imediata, e a formação de uma Frente de Ação Democrática, estão mais do que nunca na ordem do dia, transformando-se na única solução cabível para a crise que nos assola.

A primeira vista a tarefa do Partido Socialista se afigura, nas condições atuais, eivada de dificuldades quase insuperáveis. O abismo entre o proletariado e a classe média tornou-se, em função dos últimos acontecimentos, maior ainda. A classe média tende a se agrupar em torno do atual governo que para ela simboliza a democracia política e a moralidade e honestidade administrativas. A classe operária, por sua vez, recebe o novo governo com desconfiança e hostilidade, vendo nele um inimigo de suas reivindicações econômicas, um aliado dos patrões e um agente do imperialismo estrangeiro. Mas, ao lado dessas dificuldades reais existem fatores positivos que não podem ser menosprezados. Os trabalhadores se libertaram de um só golpe de tutela demagógica do governo

que readquire aos seus olhos as características de um governo de classe. Embora exista o perigo de se tornarem presa de aventureiros e demagogos, que procurarão explorar ao máximo o impacto afetivo que sofreram com o fim dramático do Sr. Getúlio Vargas, poderão, mais facilmente do que antes, ser conquistados por uma política socialista consequente. A classe média, que cerrou fileiras em torno do atual governo, mais cedo ou mais tarde identificará sua verdadeira natureza, ao verificar a sua incapacidade de reestabelecer a moralidade administrativa e de resolver os problemas econômicos do país, bem como a sua sujeição aos interesses imperialistas estrangeiros. Estarão assim criadas as condições subjetivas indispensáveis para a formação da Frente de Ação Democrática, preconizada pela V Convenção Nacional do Partido Socialista, e para a execução do Programa de Ação Imediata, síntese das aspirações do povo brasileiro, capaz de assegurar a superação das condições de país sub-desenvolvido em que nos confrontamos e de garantir a elevação do nível de vida da população.

CONCLUSÕES

I - O atual governo, presidido pelo Sr. Café Filho, tem todas as características de um governo legal e constitucionalmente legítimo, embora o licenciamento do Sr. Getúlio Vargas tenha resultado de uma pressão, partida principalmente das classes armadas.

II - O atual governo é um governo nitidamente de classe, conservador e cujas primeiras medidas não parecem acautelear os interesses e as reivindicações dos trabalhadores, imbuído do espírito de liberalismo econômico e dócil aos manejos do imperialismo econômico estrangeiro.

III - A oposição comunó-petebista não representa os reais interesses dos trabalhadores e do povo brasileiro na sua luta pela independência econômica, nos quadros de um regime de liberdade política e moralidade administrativa.

IV - O Partido Socialista Brasileiro se manifesta intransigente pela manutenção de legalidade e das instituições democráticas e contra todas as tentativas de subvertê-las, partam de onde partirem.

V - O Partido Socialista Brasileiro reafirma a sua disposição de lutar pelo seu programa de Ação Imediata, aprovado pela V Convenção Nacional, que visa, através da reforma agrária, da nacionalização das fontes de energia e do planejamento do desen-

volvimento industrial, assegurar a independência econômica do País e a elevação do nível de vida do povo. Em torno desse programa o Partido procurará mobilizar os trabalhadores, a classe média e a elite intelectual, a fim de realizar a síntese entre as reivindicações econômicas e políticas, sob a forma de uma política, sob a forma de uma ampla Frente de Ação Democrática."

"(*) Documento aprovado pela Comissão Executiva de São Paulo do Partido Socialista Brasileiro, como contribuição à análise da situação política do país, em reunião do Diretório Nacional, a 30.08.1945."

"INICIATIVA PRIVADA E ESTATISMO"

(Antônio Costa Correa, Folha Socialista,
dezembro de 1959)

"A questão do conflito iniciativa vs. estatismo assume importância cada vez maior, em nosso país. Em nosso país ela servirá talvez, para caracterizar, melhor que qualquer outra questão política ou econômica, a posição reacionária ou progressista dos candidatos à Presidência da República, na próxima campanha. Isso porque essa questão traduz, na realidade, o conflito entre as necessidades de desenvolvimento objetivo do Brasil e os interesses dos grupos econômicos nacionais e estrangeiros dominantes, que dia a dia vão se colocando em contradição com aquelas necessidades.

Hoje, pode-se notar uma espécie de palavra de ordem posta em prática, sob o comando das chamadas 'classes produtoras', no sentido de proclamar a 'livre iniciativa' como a alavanca mestra do desenvolvimento econômico do Brasil e, ao mesmo tempo, combater energicamente e desmoralizar qualquer intervenção estatal na ordem econômica. O Estado é apontado como 'mau administrador', entravado pela corrupção, pelo empreguismo, pela burocracia. Aponta-se o clássico exemplo da Central do Brasil com amostra da ineficiência estatal. Ao mesmo tempo aponta-se o extraordinário desenvolvimento de certos grupos industriais privados como prova de "eficiência" da iniciativa privada. Os Estados Unidos, campeão do liberalismo econômico, é apontado como o "modelo" a ser seguido. Verdadeiras campanhas publicitárias são organizadas nesse sentido e todos os poderes do Estado, a começar pelo presidente da República, com suas andanças de inaugurações de fábricas e empreendimentos da "iniciativa privada" colaboram eficazmente nessa campanha.

Entretanto, quem quer que tenha vontade de ver as coisas honesta e objetivamente, tendo em vista os interesses do povo brasileiro, há de perceber o beco sem saída, o atoleiro a que vai sendo levado o Brasil, com o pleno império da famosa iniciativa privada. Como os grupos capitalistas nacionais são fracos, incapazes, imediatistas, não têm capacidade para enfrentar os grupos capitalistas estrangeiros, muito mais experientes, com técnica e recursos muito maiores, e que penetram intensamente no Brasil, graças as 'facilidades' concedidas pela nossa legislação e pelos governos da União e dos Estados ao "desenvolvimento industrial privado". Com

isso estamos sofrendo uma espécie de colonização econômica. Largos setores da indústria nacional já estão inteiramente controlados por grupos estrangeiros, especialmente norte-americanos: indústria automobilística, indústria farmacêutica, indústria de produtos químicos, de carnes, de conservas e alimentação e outras. As remessas de lucros para o exterior crescem em progressão geométrica. A acumulação capitalista, que é a base do desenvolvimento econômico, está se fazendo, em grande parte, no exterior, servindo para resolver dificuldades de grupos capitalistas em outros países. Mas o nosso país, na medida em que essa acumulação é feita no exterior, vai se empobrecendo, vai tendo seu futuro comprometido, tanto do ponto de vista econômico como político. Nessa marcha, não estará longe o dia em que as classes dominantes brasileiras serão constituídas, predominantemente, por estrangeiros ou testas-de-ferro de grupos capitalistas estrangeiros. E não é difícil imaginar as largas consequências de natureza política, social e cultural que daí resultarão, caminhando o país para um estado de completa desintegração nacional.

A experiência de todos os países subdesenvolvidos, na época atual, está mostrando que somente sob um regime de forte intervenção estatal é possível acelerar o processo de desenvolvimento econômico no sentido de superar o atraso e possibilitar a competição com países desenvolvidos e a aquisição da dispendiosa técnica moderna. Os países da órbita soviética estão provando isso de forma cabal. Quaisquer que sejam as restrições feitas, sob o aspecto político e social, aos regimes dos países do bloco soviético, tais regimes estão demonstrando imensa superioridade, com processo de desenvolvimento econômico, sobre o chamado "mundo ocidental". A planificação estatal, a concentração de recursos nas mãos do Estado, a eliminação de todo o desperdício de riqueza social, a colocação total do poder político a serviço do desenvolvimento econômico da nação e outras medidas possibilitadas por aqueles regimes, permite uma espantosa aceleração do processo econômico. Mas não é só nos países da órbita soviética que isso se verifica. Na Índia, na República Árabe Unida, em Israel, no Iraque, na Indonésia e outros países, o Estado assume o papel de propulsor do desenvolvimento econômico e o sistema produz largos resultados. Mesmo nos países do bloco ocidental, inclusive nos Estados Unidos, que é apontado pelos nossos tacanhos burgueses como um maravilhoso exemplo das excelências da iniciativa privada, a estatização econômica avança a largos passos como único meio de

acelerar ou pelos menos manter o ritmo de desenvolvimento econômico. Assim, por exemplo, o desenvolvimento da energia atômica e todas as suas aplicações industriais, que representam hoje o pináculo da técnica moderna, estão nas mãos do Estado, em todo o mundo ocidental.

A 'não intervenção do Estado' na ordem econômica, preconizada pelas nossas chamadas "classes produtoras" (já muito penetradas de interesses estrangeiros), não passa, portanto, de uma balala, de uma safadeza, de gente que quer manter o Estado afastado dos seus 'hegócios' para que estes proporcionem lucro fácil e abundante a ser esbanjado enquanto o nosso povo se dana e o país se enterra na estagnação econômica e social. Ou então é um sonho imbecil de alguns conservadores que sonham com a volta de uma sociedade boazinha, de latifundiários decentes, que tinham governantes honestos, com um Estado que não se metia em coisas econômicas, estilo Constituição de 1981. Mas o que há de mais interessante nessa conversa de não intervenção do Estado é que os nossos amigos das "classes produtoras" não dispensam essa mesma intervenção e por ela se batem quando se trata de arranjar financiamentos nos bancos oficiais, tarifas protecionistas, câmbios especiais, leis de proteção deste ou daquele produto 'nacional', e outras medidas semelhantes.

O Brasil, como os demais países subdesenvolvidos não poderá superar o seu atraso sem um regime fortemente intervencionista na ordem econômica. Aliás, a realidade aí está, mostrando que somente através do Estado é possível atacar os empreendimentos econômicos fundamentais como sejam a indústria petrolífera (Petrobrás) e a siderurgia (Volta Redonda e Cosipa). Assim deveria ser com a indústria automobilística e a fabricação de máquinas pesadas. Em lugar de o presidente Juscelino prestigiar as fábricas de automóveis estrangeiras que aqui se estabelecem, poderia ter prestigiado e desenvolvido a Fábrica Nacional de Motores, que é do Estado e teria dado ao país uma indústria automobilística autenticamente nacional. Em lugar das facilidades cambiais para a vinda de grupos estrangeiros com máquinas obsoletas e bugingangas que aqui se transformam em fábricas de lucros a serem remetidos para fora, deveria o Estado se pôr à frente de um plano de desenvolvimento industrial, montando indústrias piloto, nos ramos fundamentais da economia, com técnica moderna e recursos concentrados. Mas isto não convém aos "negócios" da iniciativa privada, e, tanto o Executivo como o Legislativo são expressões fiéis do pensamento dominante entre os

homens da nossa iniciativa privada. E ainda, essa história de Estado "fazer" indústria cheira a enxofre, para os nossos timeratos conservadores, evoca a presença do diabo socialista, que os apavora.

O problema de ser ou não o Estado um mau administrador é um problema de educação política. É claro que o Estado fortemente intervencionista que desejamos, como propulsor do desenvolvimento econômico do país, não será o Estado que aí está, corrompido de cima abaixo, paralizado pelo empreguismo, pelo burocratismo, num Estado que é a expressão mesma da incapacidade e decadência das nossas classes dominantes. O processo de regeneração democrática, de elevação do nível político das massas populares, acabará por levar homens decentes e enérgicos, voltados para os problemas prementes da Nação, não pungidos aos interesses de grupos financeiros em lugar desses que temos tido, preocupados com posição de poder pessoal ou de grupos, baseando suas vitórias políticas em máquinas eleitorais corrompidas e nos favores de um Estado paternalista. Por isso mesmo, as nossas classes dominantes não têm mostrado nenhum interesse em regenerar o nosso sistema político, através de legislação eleitoral adequada. Nossos burgueses muito bem representados no Parlamento, temem um regime saneado, que possa gerar um aparelhamento estatal capaz e eficiente, que venha a se manter nos negócios da "iniciativa privada" e soltar por aí o fantasma de um regime socializante.

Aí está, pois, o problema que, a nosso ver, servirá de divisor de águas entre os que querem a continuação disso que aí está - atraso econômico, empobrecimento do povo, corrupção nos órgãos do Poder público e decomposição nacional, favorecendo as orgias de uma meia dúzia de nababos - e aqueles que querem, para o país, ainda que por diferentes caminhos políticos e ideológicos, um desenvolvimento digno da sua expressão geográfica e do seu potencial econômico. E sobre esse problema deverão, a nosso ver, meditar também muitos que se apresentam como "nacionalistas", através de simples fórmulas vagas de combate à penetração estrangeira, preconizando reformas superficiais, sem ousar atacar as raízes lançadas por essa penetração em todo o sistema de "livre iniciativa" hoje vigorante."

"SOCIALISMO E NACIONALISMO"

LUIZ TOLEDO MACHADO

(Folha Socialista, fevereiro de 1960)

"A doutrina do Partido Socialista Brasileiro é socialista e é democrática, acreditando que a planificação integral dos fatores de produção e justa distribuição da renda nacional, constituem forma superior de organização econômica. Em condições de alta produtividade e equidade econômica o homem poderá encontrar a possibilidade ideal de reafirmação de sua dignidade e de pleno exercício dos direitos fundamentais da pessoa humana, que a liberal-democracia firmou apenas no papel.

O nacionalismo deve ser idéia política do Partido Socialista Brasileiro, porque o princípio da dignificação da pessoa humana conduz em seu desdobramento aos princípios que consagram o direito fundamental dos povos à soberania e ao bem-estar.

Cada povo que se considere com requisitos indispensáveis à nação e como tal pessoa ser considerado tem o direito de dirigir o seu próprio destino nacional.

Cada povo tem o direito e o dever de se conservar como nação livre e independente, através da conquista incessante dos elementos materiais que infundam garantia aos princípios jurídicos de sua soberania nacional.

O bem-estar social e o gozo dos direitos humanos (o homem tem direito de viver a salvo da miséria, da fome, da insegurança, da submissão, da ignorância e do atraso) baseia-se no princípio da soberania nacional.

O princípio da soberania nacional não exclui, todavia, o princípio da inter-dependência, característica das relações entre os povos e das nações no mundo moderno, em que a cultura, a técnica e a ciência, patrimônios da Humanidade, constituem poderosas forças de transfiguração econômica, política e social.

No correr desses últimos séculos, a vigência plena dos diplomas jurídicos e direitos individuais restringiu-se aos povos das nações mais adiantadas da Europa e à América do Norte. A maioria dos povos dos grandes espaços coloniais ou semi-coloniais da Ásia, África e dos povos sul-americanos, economicamente sub-

desenvolvidos, não chegaram a conhecê-los e usufruí-los em sua plenitude. Assim, circunstâncias de desenvolvimento desigual, entre as diversas comunidades, regiões e continentes do globo têm impedido que milhões de seres humanos vivam em condições de dignidade e respeito.

Nos últimos quinze anos essas comunidades, os povos dessas regiões e continentes estão adquirindo consciência desses direitos a par da consciência do seu espaço geográfico e de sua nacionalidade. Procuram incorporar-se às novas fórmulas econômicas, políticas e culturais da civilização moderna.

O problema nacional, atualmente, constitui pois, parte integrante e fundamental não somente da revolução nacional, mas também do pensamento socialista.

O Partido Socialista Brasileiro, definido como organização política de vanguarda, não pode continuar perdido nos objetivos mais remotos, diríamos, estratégicos, de sua doutrina social, mas sim, deve sensibilizar-se antes as novas inquietações e tendências dos povos, marcadas pela consciência da necessidade de um novo direito público, que carece ser incorporado ao seu acervo de experiências políticas. Existem objetivos a curto e médio prazo, que devem merecer a cogitação de um partido de vanguarda, e que nas regiões sub-desenvolvidas do globo, se traduzem no atingimento rápido das grandes aspirações nacionais de emancipação econômica, de uma mais justa distribuição de bens materiais, de libertação das formas econômicas clássicas do liberal-individualismo.

Politicamente o Partido Socialista Brasileiro deve armar-se de maior determinação e audácia para dirigir na medida do possível os acontecimentos nacionais, evitando ficar em situação de comparsa menor de outras agremiações partidárias ou agrupamentos políticos, que nos são distantes e mesmo antagônicos, cujas raízes de seus interesses políticos facilmente podemos encontrar na velha ordem agrário-mercantil."

"O NACIONALISMO E OS SOCIALISTAS"

(Paulo Singer. Folha Socialista, novembro de 1960)

"O atual movimento nacionalista surge no Brasil mais ou menos por volta de 1948 com a campanha "O Petróleo é nosso". Desdobra-se a partir daí em numerosas outras campanhas: contra o Acordo Militar Brasil-EE.UU., contra o estabelecimento da base norte-americana em Fernando Noronha, contra a exportação de nossos minerais atômicos etc.

Trata-se de uma série de campanhas de caráter defensivo, cuja eclosão é provocada por tentativas do imperialismo de ampliar sua penetração política ou econômica no país ou de intensificar a exploração de nossos recursos naturais. O nacionalismo não apresenta um programa de ação próprio, mas de reação às investidas do imperialismo.

Na verdade, o nacionalismo é uma manifestação da consciência da exploração imperialista do país. Consciência esta que atingiu amplas camadas de nosso povo quando os interesses da burguesia brasileira começaram a entrar em choque com os do imperialismo, principalmente norte-americano. Este choque de interesses representava a agudização da concorrência entre o jovem capitalismo brasileiro e o capitalismo super amadurecido dos velhos países industriais, depois de um período de guerra que envolveu estes últimos, favorecendo o desenvolvimento do primeiro. Durante a guerra, o Brasil tinha conquistado forte posição no mercado de tecidos latino-americano e da África do Sul. Em 1947-1948 o Brasil perdeu novamente estes mercados para a indústria norte-americana, e nossa fiação e tecelagem entraram num período de crise de superprodução. Durante a guerra, além disso, o Brasil acumulou fortes saldos em moedas estrangeiras provenientes de exportações que fizemos a países beligerantes e que estes não nos puderam pagar. Estava neste caso a Inglaterra. Estes saldos em libras foram utilizados para resgatar velhas estradas de ferro britânicas, cujo material já não fora renovado durante muitos anos. Herdamos desta forma um sistema ferroviário em crise e que iria constituir (até o presente) um ponto de estrangulamento para o desenvolvimento da indústria nacional. Um outro ponto de estrangulamento seria constituído pelo problema da energia. A produção de energia elétrica estava nas mãos de

trusts internacionais, que não ampliaram suas instalações durante a guerra e nem estavam dispostos a fazê-lo no pós-guerra, apesar do crescimento industrial do país ter elevado o nível de consumo de energia elétrica além do limite de sua capacidade produtora. Por outro lado o mesmo desenvolvimento industrial do país incrementou imensamente o consumo de derivados do petróleo, que o Brasil tinha que importar integralmente, o que pesava extraordinariamente na nossa balança comercial.

A concorrência dos países industrializados e os pontos de estrangulamento acima mencionados ameaçavam deter a industrialização do país, que tivera um progresso promissor durante a guerra. Para que isto não se desse era preciso que o governo intervisse em defesa da indústria e do seu crescimento: que uma política cambial conveniente a protegesse contra a competição estrangeira; que investimentos estatais maciços oferecessem à indústria transportes, energia elétrica e combustíveis a baixo preço e em abundância.

O nacionalismo surgiu precisamente para ajudar a criar o ambiente ideológico - o consenso - que favorecesse tal política. É claro que não foi a burguesia que "inventou" o nacionalismo. Mas até 1948 mais ou menos falar em "imperialismo" e defesa do país contra a sua exploração significava tomar uma atitude de esquerda, que contrariava o que era de bom tom pensar e dizer. De lá para cá ser nacionalista é que ficou respeitável, muito mais que a atitude oposta, que passou a ser designada pelo nome pejorativo de "entreguista". Não é a toa que hoje todo mundo se diz nacionalista, ainda que de vez em quando sinta a necessidade de particularizar o seu nacionalismo apontando-o de "sadio". Esta respeitabilidade foi dada ao nacionalismo pelo apoio burguês. Este se manifestou de diversos modos: posições assumidas por órgãos de classe da indústria, ajuda financeira a campanhas nacionalistas, adesão à Frente Parlamentar Nacionalista de conhecidos porta-vozes da indústria etc.

A burguesia, no entanto, não só deu respeitabilidade ao nacionalismo mas também condicionou-o a seus interesses. E embora a maioria dos militantes do nacionalismo sejam pequenos-burgueses e havendo mesmo a quase totalidade do movimento operário organizado aderido a ele, o fato é que para não perder a sua respeitabilidade ou - se, se quer em outros termos - para não romper com um dos seus aliados mais caros (no duplo sentido da palavra) o movimento nacionalista nunca ousou ir além dos interesses da grande burguesia industrial. Ora, a luta da burguesia nacional contra o

imperialismo não tem por fim eliminá-lo como sistema mas apenas obter para ela, burguesia nacional, um lugar ao sol DENTRO DELE. Afinal de contas, o imperialismo não é mais que o capitalismo em escala mundial. Como o capitalismo não se desenvolveu uniformemente em todos os países, mas de uma maneira desigual, era inevitável que um sistema que é de exploração do homem pelo homem dentro das fronteiras nacionais se tornasse um sistema de exploração de um país pelo outro, dos países subdesenvolvidos pelos países industrializados, em escala internacional. Para que um país se emancipe da condição de subdesenvolvido e passe a fazer parte do conjunto de nações imperialistas, ele precisa sempre do auxílio do imperialismo - sob a forma de capitais principalmente - mas também precisa impedir que a exploração imperialista domine de tal maneira sua economia, que a burguesia perca o controle do processo econômico, que neste caso reforçaria a dependência do país ao imperialismo em lugar de permitir seu desenvolvimento autônomo. É dentro destes limites que se desenvolve a política da burguesia nacional. Ela não pode hostilizar em demasia o imperialismo para não perder os recursos que ele lhe fornece sob a forma de capitais. Não pode, por outro lado, deixar em suas mãos as alavancas fundamentais da economia - transporte, energia, crédito - sem por em perigo seus próprios objetivos.

Ora, não é possível formular um programa a base de uma linha que mais se parece a um fio de navalha. O equilíbrio da burguesia se reflete no nacionalismo sob a forma de falta de continuidade na ação, ausência de articulação das diversas reivindicações, falta completa de uma idéia clara da sociedade industrial que se almeja.

Também mostrou-se impossível, no Brasil pelo menos, dar ao movimento uma organização minimamente eficiente. O excesso de organizações - frentes, ligas, movimentos - revela na realidade falta de organização. A ausência de um programa aceito por todos impede, é claro, que se possa impor disciplina na ação aos militantes, ou mesmo coordenar adequadamente suas atividades. Nestas condições a própria definição de nacionalismo torna-se vaga. Todos podem se chamar nacionalistas, desde socialistas, comunistas até integralistas. A descaracterização do movimento tornar-se-á completa quando os velhos nacionalistas tipo Gustavo Corção, que ainda se assustam com a palavra nacionalismo, tiverem se aposentado e forem considerados "nacionalistas" todos bons brasileiros que amam seu país.

Os Socialistas em Face do Nacionalismo

O movimento nacionalista pode melhor ser descrito como uma frente única de todos os que querem preservar o processo de desenvolvimento do país do controle imperialista e, de uma maneira geral, de sejam a instituição no Brasil de uma economia industrial moderna. Embora isto nem sempre seja dito explicitamente, supõe-se que esta economia será capitalista.

Como se sabe, a velocidade de um comboio é igual à velocidade do navio mais lento. Na frente única do nacionalismo o navio mais lento é a burguesia. Ela é que tem mais a perder com transformações de qualquer espécie do status-quo. É o caso oposto do proletariado, que nada tem a perder a não ser suas algemas.

Poder-se-ia perguntar, nestas condições, se tal frente única vale a pena para os socialistas. Na realidade esta questão não se coloca. O nosso proletariado, como o proletariado da maioria dos países subdesenvolvidos, já se integrou no movimento nacionalista. Isto se dá, de um lado, pelo fato de que os trabalhadores sentem que é possível desenvolver ainda as forças produtivas no atual regime (desde que se enfrente o imperialismo) e por outro porque o nível de consciência de classe dos operários brasileiros ainda não é muito elevado.

O que cabe perguntar é de que maneira devem-se portar os socialistas face ao nacionalismo. Parece-nos óbvio que se deve apoiá-lo na medida em que ele realmente enfrente o imperialismo e na medida em que lute por condições de desenvolvimento das forças produtivas do país. O fundamental, porém, é ter plena consciência das limitações do nacionalismo, limitações que decorrem de sua direção objetivamente burguesa. As novas relações de produção que a industrialização vem estabelecendo não se criam no vácuo. São relações de produção capitalistas e como tal contêm em si contradições que se manifestam na luta de classes. O papel dos socialistas não é apenas apoiar o movimento nacionalista, é procurar lhe dar a consciência que lhe falta - é acima de tudo explorar as contradições que o processo implica, em utilizá-las no sentido de elevar a consciência de classe de nosso proletariado.

Cabe neste ponto enfrentar uma questão que muitos colocam: porque a direção da frente única deve caber à burguesia? Não é o proletariado a classe que é mais coerente na sua oposição ao imperialismo, pois ele deseja não somente contê-lo em determinados limites mas destruí-lo como sistema? Nestas condições não deveria caber ao proletariado a direção da luta contra o imperialismo?

Na verdade, se a direção da frente única coubesse, como prêmio, ao setor mais consequente, o raciocínio acima seria certo. Acontece porém que isto não se dá assim. Todo movimento nacionalista, como ele se manifesta no Brasil, pressupõe o capitalismo não só como terreno de luta mas como objetivo dessa luta. O modo de produção da economia industrial que se pretende é capitalista. Nem poderia ser de outra forma, numa frente única com a burguesia industrial, o que se pretende é que ela embarque num movimento cujo fim seja sua destruição como classe. Ela pode-se aliar com correntes cujo desejo subjetivo seja este, mas a aliança só pode ser mantida enquanto estas correntes renunciarem transformar este seu desejo subjetivo de luta.

Ora, no regime capitalista a burguesia é a classe dominante. Ela o é não somente porque ela é a detentora dos meios de produção mas também porque seus interesses de classe coincidem com os do regime como tal (o que não se dá com o proletariado, cujos interesses contrariam os do capitalismo - por isso é que ele é, pelo menos potencialmente, revolucionário). Nestas condições, na medida em que o nacionalismo é anti-imperialista, realmente o proletariado é o seu setor mais consequente; mas, na medida em que ele é capitalista ou - se isto for demasiado chocante - na medida em que ele é conservador face ao capitalismo como regime, é a burguesia o seu setor mais consequente. E como a atitude conservadora do nacionalismo face ao capitalismo limita sua luta anti-imperialista, a direção da frente única, por mais que o lamentemos, tem que ficar com a burguesia.

Devemos Submegir no Nacionalismo?

Supomos que ninguém propõe de maneira tão direta a liquidação do socialismo enquanto doutrina e a entrada ideológica dos socialistas no nacionalismo. A forma é mais sutil embora resulte no mesmo. É mais ou menos assim, a luta pelo socialismo só é possível à base de um capitalismo amavelmente desenvolvido; o desenvolvimento do capitalismo nacional só pode ser o fruto da vitória do nacionalismo, o qual constituiria uma etapa necessária do caminho para o socialismo. Até que o nacionalismo seja vitorioso seria inútil propor objetivos socialistas de luta. Caberia portanto aos socialistas tornar-se os nacionalistas mais consequentes até que esta etapa da marcha para o socialismo esteja inteiramente esgotada.

Mesmo que este modo de pensar fosse certo, valeria a pena

preservar o patrimônio doutrinário do socialismo e preparar assim as bases da futura etapa de luta pelo socialismo. Na realidade, porém, a luta imediata pelo socialismo pressupõe um capitalismo em escala mundial. O capitalismo como sistema não é nacional nem evolui em compartimentos nacionais estanques. Ele se desenvolve como sistema mundial e é como tal que ele entrou em sua fase de crise e decadência há várias décadas. A abolição do capitalismo em um terço da superfície do globo dá bem uma idéia de que como sistema ele já está mais do que maduro para a revolução socialista. E mais ainda, o seu amadurecimento se revela precisamente na sua incapacidade de desenvolver as forças produtivas nos países subdesenvolvidos. É por isso que ele começou por ser abolido em países desta espécie.

Deste modo o socialismo coloca-se não como etapa que se segue à realização do programa nacionalista mas como alternativa deste. O desenvolvimento produtivo de países que adotam sistemas de economia planificada - Rússia e China sendo os exemplos mais conspícuos - demonstrou ser muito mais rápido (apesar das deformações burocráticas) que o dos países que continuam adotando o capitalismo.

Isto não impede que socialistas possam lutar transitoriamente por objetivos comuns com o nacionalismo. O que nos falta para colocar de imediato objetivos socialistas são as condições subjetivas, ou seja, um maior grau de consciência de classe de nosso proletariado. Estas condições subjetivas se criam no próprio processo de luta anti-imperialista, ainda que no nível do nacionalismo. Mas elas só se criarão se os socialistas souberem manter sua independência ideológica e se forem capazes de denunciar as limitações do nacionalismo devidas ao caráter burguês de sua direção. Não são poucos os nacionalistas que, subjetivamente, lutam não somente por um Brasil economicamente desenvolvido, mas por um Brasil socialista. Mas eles só serão capazes de se rebelar contra as limitações burguesas do seu próprio movimento se nós, socialistas os soubermos ajudar. Mas não será submergindo ideologicamente no nacionalismo que o faremos."

"A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL"

(Paul Singer. Folha Socialista, Dezembro de 1961)

"Ao aprovar a resolução sobre Reforma Agrária, a Convenção Nacional Osório Borba recomendou a divulgação e leitura, pelos membros do Partido, do documento apresentado pelo nosso companheiro Paul Singer, que reproduzimos a seguir:

1 - A agricultura no Brasil, é o setor em que sobrevivem ainda as relações de produção herdadas de nosso passado colonial. É inegável que o capitalismo tem penetrado em nossa agricultura: na triticultura e riziculturas gaúchas, na cafeicultura paulista e paranaense, na cultura de cana de Pernambuco. Mas são poucas áreas em face da grande maioria das regiões onde ainda imperam relações de produção que guardam analogia com o feudalismo: o cambão, isto é, a renda-trabalho (prestação gratuita de serviços); a renda-produto, que prevalece nas diversas formas de parceria (a meia, a terça, a quarta etc.) e onde se nota a ausência de contratos escritos; a onipotência do "coronel" que se concede atitudes paternalistas face ao cabóclo leal e subordinado; o salário in natura, pelo "barracão" e pela concessão de pequena área para cultivar produtos para o consumo do colono - tudo isto produzindo o sistema de "dívidas" que prende o trabalhador à fazenda, tornando-o um semi-servo.

Estas relações de produção compõem um sistema de exploração cujas características comuns - apesar da diversidade de formas que assume - são: baixíssima produtividade do trabalho, uso depredatório da terra, concentração dos rendimentos de agricultura nas mãos de uma classe ociosa, parasitária, que desperdiça estes recursos na manutenção de um padrão de vida suntuário e extrema miséria das massas trabalhadoras do campo.

2 - O desenvolvimento do país exige uma mudança radical na estrutura agrária. É preciso entregar o uso da terra a quem a trabalha e tornar a agricultura capaz de receber os investimentos que elevam o seu nível de produtividade, e melhore o padrão de vida da população agrícola e façam surgir o mercado para os

produtos da indústria nacional em expansão.

A burguesia é incapaz de promover esta mudança que se consubstancia na Reforma Agrária. As classes dominantes não podem e não querem realizar esta Reforma porque:

a) Seria preciso mudar a estrutura da propriedade da terra, o que significaria um atentado ao instituto da propriedade privada dos meios de produção, base do seu domínio de classe. Realmente, uma Reforma Agrária de alguma efetividade exige expropriações de vastas extensões de terra ou sem indenização ou com uma indenização por títulos do governo a longo prazo e juros baixos. A burguesia não pode consentir nisto, pelo precedente que seria aberto. A única forma de expropriação que a burguesia tolera é a que implica na indenização pelo pleno valor e paga totalmente em dinheiro, de uma só vez, como o consagra a Constituição Federal, no seu art. 141 § 16. "É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro". (grifo nosso). Qualquer Reforma Agrária, digna deste nome é impossível sob estas condições, pois não haveria dinheiro que chegasse para as indenizações das terras a serem desapropriadas;

b) a miséria do campo o impele à cidade, onde ele vende a sua força de trabalho por preço ínfimo, embora este preço lhe proporcione padrão de vida superior ao que ele desfruta na agricultura. As migrações do campo à cidade expandem a oferta de mão de obra industrial e desta maneira deprimem os salários urbanos, elevando os lucros. Na medida em que a Reforma Agrária eleva-se o padrão de vida do trabalhador agrícola, cessaria esta pressão sobre os salários urbanos e os operários teriam melhores condições de luta pela elevação do seu nível de vida. Para a burguesia isto significa custos de mão de obra mais altos e portanto, lucros menores. O seu amor ao progresso certamente não dá para tanto;

c) as relações de produção pré-capitalistas na agricultura dão lugar a uma força política reacionária que contrabalança o ascenso das massas urbanas, pleno de potencialidades revolucionárias, que a burguesia teme. Uma Reforma Agrária que destruísse as bases do poder político dos latifundiários - e isto ela teria que acarretar - arrastaria o centro de equilíbrio político mais para a esquerda; o que dificilmente pode convir à burguesia, principalmente quando a época de instauração do socialismo na América já foi aberta pela gloriosa Revolução Cubana.

3 - Por tudo isto, a Reforma Agrária só pode surgir como conquista das próprias massas rurais, unidas no movimento camponês. Este se expande e fortalece intensamente nos últimos anos. Suas fileiras aumentam sem cessar, assim como se eleva a sua consciência política e sua organização e capacidade de luta. As Ligas Camponesas, que começam a cobrir todo território nacional, lideradas pelo socialista Francisco Julião, transferem o problema da Reforma Agrária do Plano do debate técnico para a realidade concreta das lutas sociais. A burguesia é colocada diante do problema: uma Reforma Agrária - feita por ela ou arrancada pelas massas em movimento. A resposta tem sido uma série de planos estaduais: Revisão Agrária em São Paulo, Re-colonização em Pernambuco - que se destinam exclusivamente a sufocar o movimento camponês através de medidas parciais que possam quebrar o ímpeto dos camponeses nos lugares onde a sua pressão já não pode ser bem contida. Estes planos, com seus poucos recursos, só podem servir para distribuição de áreas muito limitadas para "acalmar" os camponeses onde eles atingiram maior capacidade de luta.

Uma das características do movimento camponês, ao contrário do movimento operário, é que ele se encontra disperso por uma considerável extensão territorial e é, portanto, difícil de ser centralizado. O maquiavelismo cabloco de nossos "estadistas" supõe poder eliminar os focos de luta antes que ela se alastre. O que eles ignoram é que a cada vitória parcial do movimento camponês, desde que ele se encontre em condições de compreender seu significado, anima o conjunto do movimento, solidifica suas fileiras e faz surgir focos de revolta ainda mais numerosos.

4 - A maior parte dos planos de Reforma Agrária - projetos de lei na Câmara Federal e leis estaduais - pressupõem a entrega ou venda de certas porções de terra a camponeses ou pequenos capitalistas sob a forma de pequena propriedade. Nas atuais condições brasileiras a pequena propriedade é economicamente deficiente e politicamente reacionária. É deficiente porque, numa área reduzida, a agricultura não pode ser mecanizada e modernizada e a aplicação de modernos recursos tecnológicos - adubagem, pulverização, irrigação - não é rendosa. A produtividade do trabalho não se eleva meramente pela transferência do título de propriedade. Se a atrasada técnica do trabalho agrícola for mantida, o camponês pequeno proprietário se afundará na economia de subsistência, pois não pode concorrer com estabelecimentos maiores na produção para o mercado. A pequena propriedade é reacionária porque divide o movimento cam-

ponês, criando no seio do campesinato uma pequena burguesia rural que, em determinadas condições, pode vir a explorar o trabalho dos seus ex-companheiros e passa então a constituir, no campo, um valioso ponto de apoio às forças conservadoras.

A pequena propriedade resolve precariamente o problema de uma minoria insignificante de camponeses. Mas se esta minoria for constituída pela vanguarda potencial do movimento camponês, isto é, se a entrega das terras se fizer com uma espécie de suborno àqueles setores que demonstram maior combatividade e organização, das secções mais avançadas do movimento camponês em pequenos proprietários, pode retardar o progresso do conjunto.

5 - A única saída progressista é a entrega da terra à posse coletiva dos camponeses. Esta posse coletiva deve levar à produção coletiva, em grande escala, única capaz de absorver os investimentos que elevam a produtividade do trabalho da terra. É também a forma de permitir a industrialização do campo, que absorverá a mão de obra excedente, cuja ociosidade forçada é hoje violada pelo desemprego disfarçado.

A posse coletiva da terra impede também a divisão do movimento camponês, pois os proprietários de fazendas coletivas não explorarão trabalho alheio e por isso não se colocarão em posição antagônica aos camponeses sem terra. O exemplo de Galiléia não pode deixar de ser citado. Após uma luta das mais gloriosas, os camponeses do referido Engenho, conseguiram impedir que fossem expulsos da terra- obrigando o governo de Pernambuco a desapropriar a fazenda. O problema que se colocou foi a forma em que a terra deveria ser entregue aos camponeses. O governo deseja a formação de pequenas propriedades, o que implica na retirada de grande parte das famílias de Galiléia para outros pontos do Estado, o que teria dividido a Liga Camponesa local em duas alas antagônicas: os novos "proprietários" e os que, se quisessem continuar na Galiléia, ficariam sem terra. Os camponeses de Galiléia souberam defender sua unidade exigindo a entrega da terra coletivamente aos camponeses. As Ligas Camponesas, em colaboração com o movimento operário e estudantil de Pernambuco, fizeram planos de aproveitamento do conjunto de terras de Galiléia, inclusive com estabelecimento de indústrias que teriam transformado o ex-Engenho numa unidade agro-industrial modelar. O governo de Pernambuco, consciente dos interesses da classe que representa, isto é, a burguesia, rejeitou o plano de aproveitamento de Galiléia apresentado pelas Ligas Camponesas.

6 - A luta pela posse coletiva da terra, não significa que o movimento camponês hostiliza o pequeno proprietário. Pelo contrário, este precisa ser chamado para o combate do latifúndio, que ameaça sua independência e sustenta uma estrutura que perpetua o atraso da técnica agrícola, contribuindo, desta maneira, para manter o pequeno lavrador na penúria.

O movimento camponês, ao reivindicar a posse coletiva da terra não deixa de respeitar a pequena propriedade, onde quer que ela se tenha mostrado econômica e socialmente profícua. Há ramos de produção agrícola, tais como a cultura de hortaliças, videiras etc., em que estabelecimentos pequenos podem atingir elevado grau de produtividade. Nestes casos não há porque impedir que a pequena propriedade neles se estabeleça ou continue. Não obstante, o certo é que nos ramos mais importantes da produção agrícola, isto é, na cultura de cereais (trigo, milho, arroz), cana, café etc., só em estabelecimentos relativamente grandes é que técnicas modernas de cultivo podem ser introduzidas. O caráter progressista do movimento camponês consiste exatamente em lutar por uma reforma agrária que abra caminho a um desenvolvimento das forças produtivas no campo e não para fechar o caminho para este desenvolvimento pela criação de unidades que de tão reduzidas são anti-econômicas. A palavra de ordem deve ser: nem latifúndio, nem minifúndio.

7 - O capitalismo, ao estabelecer a divisão do trabalho entre o campo e a cidade, cria também a separação e o antagonismo entre as populações de uma e de outra e enseja a exploração do campo pela cidade.

O movimento socialista é a antítese do capitalismo. Ele volta a unir os homens do campo e da cidade, numa unidade superior: a aliança operária-camponesa.

O movimento camponês se apresenta disperso numa grande área.

O movimento operário se apresenta concentrado nas cidades.

O camponês tem seus horizontes limitados pelo seu isolamento.

O operário adquire uma visão de conjunto da situação em que se encontra por se achar no centro dinâmico do regime capitalista: a grande cidade industrial.

Qual é, portanto, o papel da vanguarda do movimento operário na aliança-operário-camponesa? É ajudar o movimento camponês se inserir na grande luta anti-imperialista e anti-capitalista

que os explorados de todo país movem aos seus exploradores.

A experiência completa das Ligas Camponesas mostrou o imenso auxílio que os militantes operários e estudantis podem prestar na organização inicial dos trabalhadores do campo e na formação de seus quadros.

Mas ao lado desta ajuda, o movimento operário tem por dever trazer ao campesinato a consciência de sua situação histórica, que, pela sua dispersão, ele não pode adquirir por si próprio, a não ser pela via dos fracassos e derrotas.

É preciso elevar a luta contra o coronel. A ou B ao nível da luta contra um sistema de exploração do homem pelo homem. É preciso mostrar à vanguarda camponesa que este sistema tem suas raízes na cidade, no próprio capitalismo industrial que se aproveita da exploração semi-feudal dos camponeses para intensificar a exploração capitalista dos operários. É preciso, enfim, esclarecer ao movimento camponês, que a luta contra a estrutura vigente na agricultura só pode ser vitoriosa no contexto geral da luta contra o capitalismo e que portanto só unidos trabalhadores do campo e da cidade alcançarão sua libertação final."